

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

Giovanna Rocha da Rosa

ABORDAR A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL?
Um estudo sobre o posicionamento de familiares e de educadoras

Porto Alegre
1º Semestre
2019
GIOVANNA ROCHA DA ROSA

ABORDAR A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

Um estudo sobre o posicionamento de familiares e de educadoras

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia
- Licenciatura da Faculdade de Educação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial e obrigatório para
obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profª Drª Sandra dos Santos Andrade

Porto Alegre

1º Semestre

2019

GIOVANNA ROCHA DA ROSA

ABORDAR A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

Um estudo sobre o posicionamento de familiares e de educadoras

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia - Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: ____ de _____ de ____

BANCA EXAMINADORA

Profª M.ª Catharina da Cunha Silveira – SMED POA

Profª Drª Gabriela Maria Barbosa Brabo - UFRGS

Profª Drª Sandra dos Santos Andrade - UFRGS (orientadora)

AGRADECIMENTOS

Comecei a escrever estes agradecimentos um ano e meio antes de concluir esta monografia, pois tenho a real certeza de que devo agradecer não somente a quem se envolveu com esse meu projeto, mas também a todas as pessoas que me fizeram ter certeza de que eu era capaz de criá-lo, desenvolvê-lo e concluí-lo, e foram muitas pessoas (e também porque eu sou muito ansiosa).

Enquanto eu estudava, ia para a faculdade ou para os estágios, eu sempre tive pessoas que estavam trabalhando muito para que isso acontecesse — meus pais Silvana e Moacir que sempre foram a base da minha vida e meus verdadeiros incentivadores ao estudo. Devo minha graduação (e minha vida) inteira a eles. Sem esta estrutura familiar incrível, certamente eu não conseguiria. Este trabalho e este diploma são para vocês!

Agradeço ao meu namorado, Carlos Saul, por me incentivar a sempre me envolver tanto nas coisas que eu realmente amo, em especial a Educação Infantil. Obrigada por estar sempre junto comigo e por me ceder o computador de tela grande sempre que eu preciso.

A vida me presenteou com professores incríveis ao longo da graduação, em especial Dr. Rodrigo Saballa de Carvalho que me proporcionou o melhor estágio que eu poderia ter, junto com muitas aprendizagens sobre Educação Infantil que vão ficar guardadas na minha memória e no meu coração para sempre. Professora Dra. Gabriela Brabo, minha mãe emprestada da qual tenho orgulho de ser uma “gabrielete”. Vocês são pessoas incríveis, generosas e competentes, além de excelentes profissionais. Agradeço demais por ter convivido com vocês ao longo da minha formação.

Agradeço ao universo por tudo que já vivi e ainda vou viver. Muito obrigada por permitir que eu seja tão feliz nesta profissão. Agradeço também por ter tido a possibilidade de concluir uma graduação, enquanto muitos ainda não têm essa oportunidade no país. Privilégios de poucos.

Sandra Andrade, obrigada por ter “topado” fazer este trabalho comigo e pelas verdadeiras aulas que foram nossas orientações. Fiquei muito feliz pela forma como preparamos meu caminho para chegar aqui, nesse modelo final do qual me orgulho muito.

Agradeço às minhas amigas, que estão sempre dispostas a me ouvir e me ajudar quando preciso: Caroline Maslowski, Laura Strehl, Lauren Dorneles, Cibele Aragão e Bianca Endress. Obrigada!

Agradeço ainda a duas pessoas especiais que me ajudaram muito com a escrita deste trabalho: Luciana e Denise, muito obrigada por terem me ajudado a deixar este trabalho ainda mais lindo.

Às minhas avós Matilde e Julita;

Às minhas tias Luciana (tia Inhá) e Michele (Detei);

A meus primos e primas Lorenzo, Luigi, Miguel e Maria Luíza;

Aos meus afilhados Rebecca e João Vitor.

Amo vocês, e obrigada por tanto!

A CRIANÇA É FEITA DE CEM

A criança é feita de Cem.

A criança tem Cem mãos, Cem pensamentos e modos de pensar,
jogar e de falar...

Cem, sempre Cem modos de escutar as maravilhas de amar...

Cem alegrias para cantar e compreender,
Cem mundos para descobrir,
Cem mundos para inventar,
Cem mundos para sonhar...

A criança tem Cem linguagens
(e depois Cem, Cem e Cem)
Mas roubaram-lhe noventa e nove!!!

A escola e a cultura
lhe separaram a cabeça do corpo.

Dizem lhe:
De pensar sem as mãos,
de fazer sem a cabeça,
de escutar e de não falar,
de compreender sem alegrias,
de amar e maravilhar-se somente
na Páscoa e no Natal.

Dizem lhe:
que o jogo e o trabalho,
a realidade e a fantasia,
a ciência e a imaginação,
o céu e a terra,
a razão e o sonho
são coisas que não estão juntas...

Dizem-lhe que as Cem não existem.
A criança diz:
ao contrário, as Cem existem!!!

(LORIS MALAGUZZI, 1999)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso de Pedagogia, intitulado como “Abordar a sexualidade na Educação Infantil? Um estudo sobre o posicionamento de familiares e de educadoras” teve como objetivo investigar a importância da temática da sexualidade desde a Educação Infantil, como forma de contribuir para o autoconhecimento, e de ensinar a respeitar os demais. Este objetivo foi definido a partir da seguinte problemática: “Qual a importância de falar sobre sexualidade na Educação Infantil?”. Como metodologia deste trabalho, foi realizada uma pesquisa inicial na plataforma Lume da Universidade Federal do Rio grande do Sul para verificar o que tem sido produzido na UFRGS referente a Teses, Dissertações, Trabalhos Acadêmicos e Técnicos sobre sexualidade entre os anos de 1990 a 2018. Além disso, foi realizada uma busca por oito documentos oficiais do site do Ministério da Educação, referentes à Educação Infantil, que visam também encontrar a temática da sexualidade dentro desses documentos. Por fim, foram realizados dois questionários *online*, um dedicado a familiares de crianças que frequentam ou frequentaram recentemente a Educação Infantil, e outro dedicado a profissionais da educação, buscando compreender o que pensam estes dois públicos-alvo sobre a sexualidade no ambiente escolar. Os resultados encontrados demonstraram que os familiares e as profissionais possuem uma visão equivalente sobre o que se entende por Educação Sexual, podendo ser categorizada em três dimensões: Biológica, Psíquica e Sociocultural. Ambos os públicos desejam que a Educação Sexual seja desenvolvida em sala de aula, na Educação Infantil. Apesar de toda polêmica que envolve a temática, os familiares opinam sobre os assuntos da temática que classificam como adequados e as profissionais discorrem sobre como acreditam ser a melhor maneira pedagógica de abordar o tema na escola, junto com quais seriam suas maiores dificuldades.

Palavras-chave: Sexualidade. Educação Infantil. Corpo. Gênero.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - "Os Operários" de Tarsila do Amaral, 1933.....	10
Figura 2 - "Brincando com boneca" e "Brincando de carrinho" de Ricardo Ferrari, 2013.....	16
Figura 3 - "DANAË", de Gustave Klimt, 1907.....	20
Figura 4 - "David" de Michelangelo, 1504.....	24
Figura 5 - Capa da Cartilha Educativa sobre Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2012.....	34
Figura 6 - Intersecção das dimensões da Educação Sexual, da autora deste TCC.....	39
Figura 7 - Charge "Educação Sexual Infantil" de Cecília Ramos, 2019.....	42
Figura 8 - Pesquisa "Corpo na Educação Infantil" no Google Imagens.....	53
Figura 9 – Ilustração de Stephan Schmitz.....	61
Gráfico 1 - "Utilização da palavra sexual nos documentos listados.....	27
Gráfico 2 - "Utilização da palavra corpo nos documentos listados.....	29
Gráfico 3 - "Utilização da palavra gênero nos documentos listados.....	30
Gráfico 4 - "Qual a idade que você julga ser a mais adequada para que o tema da sexualidade seja abordado em sala de aula? Por quê?"	47
Gráfico 5 - Temas adequados a serem desenvolvidos na Educação Infantil - Familiares.....	49
Gráfico 6 - Temas adequados a serem desenvolvidos na Educação Infantil - Profissionais.....	50
Tabela 1 - Resultados da pesquisa das palavras-chave em "Teses e Dissertações" entre os anos de 1990 a 2018.....	22
Tabela 2 - Resultados da pesquisa das palavras-chave em "Trabalhos Acadêmicos e Técnicos" entre os anos de 1990 a 2018.....	23

SUMÁRIO

1	CONHECENDO & QUESTIONANDO OS PORQUÊS.....	10
2	MODOS DE FAZER PESQUISA & COMPREENDER CONTEXTOS.....	16
3	SEXUALIDADE, GÊNERO & CORPO. O QUE TEM SIDO PRODUZIDO NA UFRGS?.....	21
4	A SEXUALIDADE NA PAUTA DOS DOCUMENTOS OFICIAIS.....	24
5	ANÁLISE DE DADOS.....	34
5.1	QUEM SÃO OS FAMILIARES E AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO RESPONDENTES DA PESQUISA?.....	36
5.1.1	Brinquedos sem Distinção de Gênero.....	50
5.1.2	Corpo Feminino e Corpo Masculino.....	52
5.1.3	Noções de Concepção.....	54
5.1.4	Relações Homoafetivas.....	55
5.1.5	Higiene Íntima.....	56
5.1.6	Papel da Mulher nos Dias de Hoje.....	57
5.1.7	Padrões Estéticos.....	58
6	CONSIDERAÇÕES & REFLEXÕES.....	61
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63
	APÊNDICE A - Questionário destinado aos familiares.....	67
	APÊNDICE B - Questionário destinado as profissionais da educação.....	69

1 CONHECENDO & QUESTIONANDO OS PORQUÊS



Figura 1 - "Os Operários" de Tarsila do Amaral, 1933.

A palavra sexualidade soa muito forte para algumas pessoas. Parece, muitas vezes, que se relaciona apenas a sexo enquanto ato, aparenta ser um componente da formação do sujeito que a sociedade deseja que esteja sempre distante das crianças.

ALVARENGA e DAL'IGNA (2008) ressaltam o perigo de vincular sexualidade somente a relações sexuais:

Ao vincularmos a sexualidade à reprodução, não estamos silenciando apenas as práticas e desejos corporais dos estudantes, senão estamos estabelecendo uma relação particular de exclusão das outras formas de viver as práticas e os desejos sexuais [...] (ALVARENGA; DAL'IGNA, 2008, p. 67).

Este trabalho foi desenvolvido para isto: mostrar que a sexualidade vai além do sexo, perpassa o ato sexual e possui como objetivo investigar a importância da temática da sexualidade desde a Educação Infantil, como forma de contribuir para o autoconhecimento, e de ensinar a respeitar os demais.

Ancoro-me no conceito de sexualidade apresentado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) dos terceiros e quartos ciclos, no tema transversal da Orientação Sexual, trazendo a ideia de que a sexualidade está presente nas crianças e que deve ser respeitada. O documento afirma que sexualidade:

[...] relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista (BRASIL, 1997, p. 3).

Complementando o conceito dos PCNs, utilizo-me das palavras da LOURO (2000), autora que este trabalho contempla em diversos momentos “[...] a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política. [...] a sexualidade é “aprendida”, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos” (LOURO, 2000, p. 5).

Na obra "Os Operários" de Tarsila do Amaral, apresentada no início deste capítulo, são retratadas estas “expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista” (BRASIL, 1998, p.3) diversidades essas citadas pelos PCNs, que traduzem as miscigenações e migrações de nosso país. Deve-se levar em consideração que essa diversidade, que também constitui as crianças, se faz presente no âmbito escolar, bem como nos demais espaços que compõem nossa sociedade. Podemos citar, como exemplo, os pertencimentos familiares, culturais, religiosos, que constituem a formação do sujeito. Segundo LOURO:

Nossas identidades de raça, gênero, classe, geração ou nacionalidade estão imbricadas com nossa identidade sexual e esses vários marcadores sociais interferem na forma de viver a identidade sexual; eles são, portanto, perturbados ou atingidos, também, pelas transformações e subversões da sexualidade (LOURO, 2000, p. 21).

Tomando como partida inicial o noticiário brasileiro, faço destaque para algumas manchetes referentes a notícias envolvendo a sexualidade apenas entre os anos de 2017 a 2019:

- “Brasil: 69,2% dos casos de abuso sexual contra crianças ocorrem na própria casa” (GARCIA, 2019, documento eletrônico).
- “51% das crianças abusadas sexualmente no Brasil têm de 1 a 5 anos” (GARCIA, 2019, documento eletrônico).

- *“De janeiro a julho de 2018, o Ligue 180 registrou 27 feminicídios, 51 homicídios, 547 tentativas de feminicídios e 118 tentativas de homicídios. No mesmo período, os relatos de violência chegaram a 79.661, sendo os maiores números referentes à violência física (37.396) e violência psicológica (26.527)”* (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018, documento eletrônico).
- *“Vereador de Porto Alegre quer restringir educação sexual nas escolas”* (MILMAN, 2019, documento eletrônico).
- *“Bolsonaro sugere que pais rasguem páginas sobre educação sexual de Caderneta de Saúde da Adolescente”* (FERREIRA; GRANDELLE, 2019, documento eletrônico).
- *“Mil brasileiros têm o pênis amputado todos os anos por falta de higiene”* (VIGGIANO, 2017, documento eletrônico).
- *“Quem ensina sexo para a criança é “o papai e a mamãe” e não a escola, como diz Bolsonaro?” – diz Bolsonaro* (BARONE, 2019, documento eletrônico).
- *““Brasil não pode ser país do mundo gay”, diz Bolsonaro”* (ANSA, 2019, documento eletrônico).

Desde que tenho me atentado para manchetes de reportagens como essas, dentre tantas outras, sinto que, como professora, deva tentar fazer algo para que estes números deixem de aumentar. Acredito na educação, acredito nas crianças, e uma possibilidade que vejo para que isso se modifique é problematizar o tema da sexualidade com crianças pequenas.

Crianças que falam sobre assuntos ligados à sexualidade na escola, com menos preconceito desde cedo, podem ter mais chances de, posteriormente, lutar contra a violência, o machismo, a discriminação, o abuso e a homofobia, justamente por estarem mais informadas sobre essas temáticas.

Outro motivo que me incentivou a realizar essa pesquisa foi o fato de ter trabalhado, nos últimos anos, com Educação Infantil. Percebi que as dúvidas das crianças com relação a assuntos do próprio corpo ou sobre sexualidade de modo geral, raramente são respondidas de forma coerente na escola, justamente por ser um assunto tabu na nossa sociedade.

Ao considerar a escola um espaço em quem as crianças passam muitas horas do seu dia, tem-se que nesta instituição são formados muitos pensamentos e questionamentos desses pequenos. Sabendo que a escola deve abranger um leque de possibilidades sobre o que ensina, essas dúvidas das crianças não deveriam nunca ser silenciadas. A escola, de

acordo com LOURO (2000), vive uma dualidade muito difícil: incentivar a sexualidade, porém podá-la para que só seja discutida na vida adulta.

Ela precisa se equilibrar sobre um fio muito tênue: de um lado, incentivar a sexualidade "normal" e, de outro, simultaneamente, contê-la. Um homem ou uma mulher "de verdade" deverão ser, necessariamente, heterossexuais e serão estimulados para isso. Mas a sexualidade deverá ser adiada para mais tarde, para depois da escola, para a vida adulta. É preciso manter a "inocência" e a "pureza" das crianças (e, se possível, dos adolescentes), ainda que isso implique no silenciamento e na negação da curiosidade e dos saberes infantis e juvenis sobre as identidades, as fantasias e as práticas sexuais (LOURO, 2000, p. 17).

É impossível evitar que as crianças façam perguntas como: "De onde eu vim?"; "Como fui parar na barriga da minha mãe?"; "Por que não posso ir ao banheiro junto com os meninos/as?". Mesmo que as perguntas sejam de cunho mais biológico e a Educação Sexual em si ultrapasse os muros da biologização, elas estarão sempre presentes e precisam ser respondidas de acordo com a realidade, o interesse e a faixa etária de cada criança.

O Plano Nacional de Educação - PNE (1997) reafirma a ideia de que, muitas vezes, o/a professor/a pode estar com a aula planejada, cujo conteúdo a ser discutido seja diferente da temática da sexualidade, mas se surgirem, a qualquer momento, dúvidas e questionamentos das crianças sobre a sexualidade, o/a professor/a precisa estar preparado/a e com um planejamento flexível para tratar dessas questões, sempre que precisar.

A sexualidade gera nos alunos grande variedade de sentimentos, sensações e dúvidas. Suas manifestações são espontâneas, acontecem inevitavelmente e os professores precisam estar preparados para lidar com elas (BRASIL, 1997, p. 308).

Com essa dualidade que a escola vive em relação à sexualidade, as crianças que ousam ter a "coragem" de perguntar acabam, muitas vezes, rotuladas como crianças "não comportadas", ou "impossíveis".

Aqueles e aquelas que se atrevem a expressar, de forma mais evidente, sua sexualidade são alvo imediato de redobrada vigilância, ficam "marcados" como figuras que se desviam do esperado, por adotarem atitudes ou comportamentos que não são condizentes com o espaço escolar (LOURO, 2000, p. 17).

Também utilizo as palavras de LOURO (2000) para contextualizar o porquê de surgir essa rotulação com comportamentos que “desviam do esperado” (LOURO, 2000, p. 17) na sala de aula, considerando o padrão de escola que temos hoje:

Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular. Mãos, olhos e ouvidos estão adestrados para tarefas intelectuais, mas possivelmente desatentos ou desajeitados para outras tantas (LOURO, 2000, p. 14).

Nos últimos anos, nosso país apresenta números altíssimos de feminicídio e homofobia, temas esses que fazem parte, direta e indiretamente, do tema da Educação Sexual. Mesmo sendo essa uma realidade brasileira, há propostas de governo querendo delimitar e restringir, cada vez mais, o debate sobre a sexualidade em sala de aula. Em tempos de censura, é preciso lutar por uma educação pública de qualidade, que prepare o cidadão para conviver em sociedade. É necessário também promover, nos centros acadêmicos, mais pesquisas que investiguem a importância do tema da sexualidade como conteúdo ou tema transversal na formação de crianças, pois é assim que serão realizadas reflexões referentes ao tema — inicialmente, no meio acadêmico e, num segundo momento, na sala de aula.

Informa-nos a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em seu artigo terceiro, seus objetivos fundamentais:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988, p. 5).

Embora hoje já tenhamos muitas profissionais da área da educação se dedicando a pesquisas sobre a importância do conteúdo que o inciso IV do Artigo 3º aborda, ainda temos um longo caminho a ser percorrido para fazermos valer a nossa Constituição Federativa.

A Educação Infantil é o lugar onde a criança deve, desde a última alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, em 2013, estar matriculada desde os quatro anos de idade, como cita no seu Artigo 6º. Nesse espaço constituído por relações, vivências,

aprendizados e conquistas, as crianças se desenvolvem diariamente. É nesse espaço que elas expandem o universo da sua própria casa para compor o mundo exterior.

Esse mundo exterior que é a sociedade e tudo que a envolve, se constitui a partir da cultura na qual se está inserido. A cultura é imposta, mas pode ser modificada e desconstruída de acordo com a realidade atual.

Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, "normais" (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc.) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros. Eles falam por si e também falam pelos "outros" (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos (LOURO, 2000, p. 9).

Desconstruir e desconstruir-se são atos importantes para compreender o motivo de a Educação Sexual se fazer presente em alguns documentos legais que determinam para que ela se faça presente dentro da escola. Escapar de princípios que são estabelecidos pela tradição e pela cultura devem fazer parte do cotidiano de uma sala de aula.

Por isso, reforço aqui a ideia de que precisam ser construídas condições favoráveis para que essas crianças possam, com as tensões e angústias geradas pelo tema da sexualidade em nosso meio cultural, compreender melhor os sentidos dessas questões na sociedade atual. Precisam compreender isso desde cedo, na Educação Infantil, com profissionais preparados para explorar o assunto.

Essa educação pode ser vista como uma forma da Escola contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, na busca pela paz, contra as muitas formas de exclusão baseada no sexo (o sexismo e o machismo), no gênero (a misoginia), na raça (o racismo) e na sexualidade (a homofobia, a lesbofobia, a transfobia), na origem e classe social (xenofobia). Resgatar valores humanos e considerar a diferença como positiva é contribuir para uma sociedade onde as pessoas sejam, efetivamente, mais felizes (FURLANI, 2009, p. 47).

Respeito é a palavra-chave para um futuro melhor, e o nosso futuro são as crianças. Devemos investir nelas e na compreensão delas em torno do que seja diversidade e respeito. A escola deve ser um espaço de construção do sujeito, de formação de cidadãos, e não uma instituição que reforça estereótipos e preconceitos.

2 MODOS DE FAZER PESQUISA & COMPREENDER CONTEXTOS



Figura 2 – “Brincando com boneca” e “Brincando de carrinho” de Ricardo Ferrari, 2013.

Foram escolhidas duas pinturas do artista Ricardo Ferrari para iniciar o capítulo da Metodologia adotada nesta pesquisa. As obras “Brincando com boneca” e “Brincando de carrinho” representam claramente uma visão do senso comum sobre o que é “brinquedo de menina e brinquedo de menino”. Carrinhos e bonecas fazem parte do dia a dia da casa e das escolas das crianças, geralmente promovendo essa polarização do brincar. O questionamento que faço é: por que se convencionou que apenas o menino pode brincar de carrinho e a menina de boneca?

Com esse questionamento em aberto, apresento a metodologia de pesquisa adotada neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que possui como problemática principal à pergunta: “Qual a importância de falar sobre sexualidade na Educação Infantil?”.

Esse estudo apresenta como objetivo geral, investigar a importância da temática da sexualidade desde a Educação Infantil, como forma de contribuir para o autoconhecimento, e de ensinar a respeitar os demais.

A pesquisa foi feita com a aplicação de dois questionários *online*, um deles aplicado as profissionais da educação¹, e o outro aplicado aos responsáveis por crianças que frequentam ou já frequentaram a Educação Infantil. Os questionários aplicados a estes dois grupos

¹ Entende-se por profissionais da educação Professores/as, Coordenadores/as e Supervisores/as Pedagógicos(a), Diretores/as, Pedagogos/as, Educadores/as, Monitores/as, Estagiários/as que estejam trabalhando na Educação Infantil. Utilizarei a palavra no feminino tendo em vista que a grande maioria das profissionais da Educação Infantil são mulheres

tiveram como objetivo analisar o que essas pessoas pensam a respeito do tema da sexualidade na educação de crianças pequenas. E, em alguma medida, foi possível compreender também, que o modo como essas pessoas se posicionam sobre a questão pode contribuir para minimizar ou para aprofundar essa polarização entre os gêneros apresentada na obra de Ricardo Ferrari.

Segundo MARCONI e LAKATOS (2003, p. 201), “Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Nesse trabalho, o questionário foi disponibilizado pela internet. Apesar das limitações das ferramentas *online*, buscou-se que os participantes pudessem expor suas opiniões a respeito do tema através de algumas questões dissertativas. Os dois questionários foram elaborados com algumas diferenças entre as questões, a fim de adequarem-se ao público respondente: profissionais da educação e familiares responsáveis por crianças entre quatro e dez anos.

O questionário *online* se mostrou, nesse momento, o instrumento de pesquisa mais adequado para que fosse possível obter os melhores resultados para esta pesquisa. Para GIL (2002, p. 115) “[...] o questionário constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato”. Além disso, foi possível atingir um número maior de pessoas do que seria possível utilizando-se entrevistas presenciais, em função do curto prazo destinado à escrita de um TCC, questão essa também apontada por MARCONI e LAKATOS (2003, p. 201) dentre as vantagens do questionário:

Atinge maior número de pessoas simultaneamente; Abrange uma área geográfica mais ampla; Há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato; Há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador; Há mais tempo para responder e em hora mais favorável. (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 201)

O investimento em um número maior de participantes foi feito através da aplicação do questionário via internet, em função da facilidade de acesso já que, segundo o Gomes, “O percentual de domicílios que utilizavam a Internet subiu de 69,3% para 74,9%, de 2016 para 2017, representando uma alta de 5,6 pontos percentuais” (GOMES, 2018, documento eletrônico).

Os questionários foram criados pela plataforma da *web Google Docs*² e a divulgação foi realizada através das redes sociais, em especial grupos de *Facebook* e *Whatsapp*. Os questionários ficaram disponíveis do dia 26 de março ao dia 02 de abril. Uma das perguntas foi repetida propositalmente em ambos os questionários, visando analisar qual a perspectiva dos públicos pesquisados sobre a mesma temática³.

Obtive um número suficiente para compor o material empírico em sete dias de questionário aberto na plataforma digital. O questionário teve muitas respostas nos dois primeiros dias após divulgações na *web*, e também entre amigos que compartilharam com seus familiares. No terceiro dia, com ele aberto, a média de respondentes caiu drasticamente, e no sétimo dia, quando foi fechado, já não havia obtido mais nenhuma resposta.

A análise das respostas dos questionários foi desenvolvida agregando os dois públicos em uma mesma análise, isso porque muitas das respostas se complementaram, dando uma maior qualidade para a análise conjunta.

Complementando os instrumentos metodológicos desse trabalho, foi realizada uma revisão bibliográfica na plataforma Lume⁴, na seção de Teses, Dissertações, Trabalhos Acadêmicos e Técnicos, com o intuito de verificar o que vem sendo produzido em termos de pesquisa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sobre o tema da sexualidade. Quanto à temporalidade, me detive a dois eixos: o primeiro, dos anos 2000 a 2018, para observar quais foram as produções desenvolvidas no século XXI e para comparar com as produções feitas no século passado; no segundo eixo, fiz a revisão na década de 1990 a 1999, pois foi no final dessa década que os PCNs foram lançados e passaram a ser referência no âmbito educacional do país. Com o melhor conhecimento das pesquisas destas duas décadas, pude fazer uma reflexão mais apurada sobre como os PCNs alavancaram os estudos da área da sexualidade.

² O Google Docs é uma das ferramentas do Google, que “[...] funciona de forma síncrona e assíncrona, portanto, on-line para acessar dados em nuvens e off-line através de aplicativos de extensão instaladas diretamente do Google, onde há bancos de dados criados por essa extensão para posterior sincronização através de upload instantâneo ao acessá-los online, diretamente no browser de desktops ou aplicativos de dispositivos móveis do Android e Mac.” Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Google_Docs&oldid=53051153>. Acesso em: 25 maio 2019.

³ As perguntas realizadas nos questionários se encontram nos apêndices A e B deste trabalho.

⁴ O Lume é o Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é o portal de acesso às coleções digitais produzidas no âmbito da Universidade e de outros documentos que, por sua área de abrangência e/ou pelo seu caráter histórico, é de interesse da Instituição centralizar sua preservação e difusão. Disponível em: <[https://lume.ufrgs.br\(a\)presentacao](https://lume.ufrgs.br(a)presentacao)>. Acesso em: 25 de maio de 2019.

Os descritores utilizados para realizar a pesquisa foram: Sexualidade, Gênero e Corpo, que, intencionalmente, foram os mesmos utilizados na pesquisa dos documentos oficiais da educação, apresentados no capítulo seguinte. Esses descritores também constituem as palavras-chave deste trabalho.

Por último, para compor e finalizar os instrumentos metodológicos desse Trabalho de Conclusão de Curso, realizei um estudo de alguns dos documentos oficiais destinados a Educação Infantil, a fim de verificar como (e se) o tema da sexualidade está presente nesses documentos que balizam a educação no Brasil. Segundo Lüdke e André (1986):

Embora pouco explorada não só na área de educação como em outras áreas de ação social, a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.38)

Foram selecionados os seguintes documentos referentes à Educação Infantil, encontrados no site do Ministério da Educação (MEC): Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil Volume 1 (2006); Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil Volume 2 (2006); Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (2009); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010) e Educação Infantil do campo: Proposta para a expansão da política (2014).

Além desses documentos, fazem parte do contexto histórico aqui apresentado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014). Como critério de escolha, foram selecionados os documentos que possuem uma relevância historicamente maior no campo da Educação Infantil e os que foram criados a partir dos anos 2000.

O intuito desta revisão nos documentos oficiais foi verificar quanto o tema da sexualidade tem sido assunto de destaque na pauta de ensino da Educação Infantil pelos governos. Esta contextualização também foi necessária para embasar legalmente a análise de algumas respostas obtidas nos questionários.

3 SEXUALIDADE, GÊNERO & CORPO. O QUE TEM SIDO PRODUZIDO NA UFRGS?

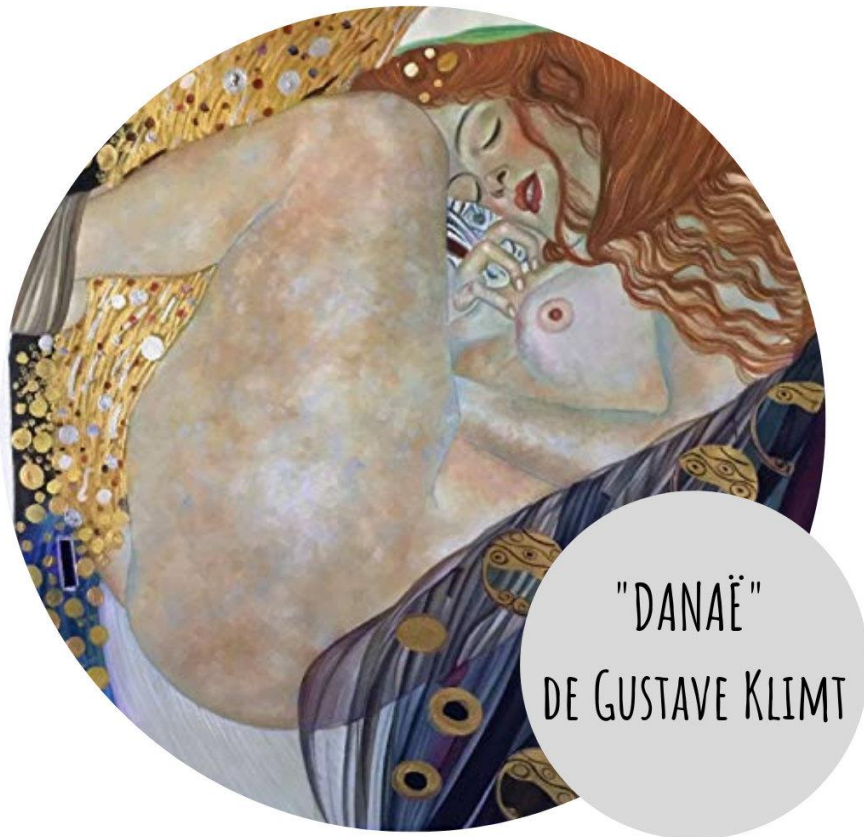


Figura 3 - "DANAË", de Gustave Klimt, 1907

Escolhi a pintura a óleo do artista Gustav Klimt para iniciar a apresentação da revisão bibliográfica envolvendo a temática da sexualidade e da Educação Sexual, que foi produzida no período informado anteriormente no âmbito da UFRGS. Essa obra, denominada "Danaë", que é também o nome da mulher retratada na pintura, representa Danaë recebendo Zeus entre suas pernas, que na obra aparece simbolizado por uma chuva dourada. Segundo Michelli Osanai da Costa, em sua palestra "A Sexualidade da Mulher Moderna"⁵, há diversas interpretações sobre esta arte. As principais são de que ela expressa a mais pura sexualidade feminina, por sua expressão facial e seu corpo nu; simboliza um momento de êxtase sexual, um orgasmo.

A revisão bibliográfica se desdobrou em duas etapas: a primeira etapa foi feita utilizando o filtro *buscar* da plataforma Lume, em que após digitar a palavra-chave (descriptor),

⁵. Palestra de Michelli Osanai da Costa "A sexualidade da Mulher Moderna" no Evento: Quebrando o Tabu: Um Bate Papo Sobre Sexualidade, promovido pela Liga de Ginecologia e Obstetrícia da UFCSPA – Porto Alegre – RS, no dia 04 de junho de 2019, das 18h00min as 22h00min.

são apresentadas como resultado quaisquer pesquisas que tenham algum tipo de relação com o descritor, mesmo que este não seja o assunto principal do trabalho. Assim, inicialmente, os resultados se tornam mais abrangentes, porém um tanto quanto genéricos. Na segunda etapa, as palavras-chave foram digitadas no filtro de pesquisa *assunto*. A pesquisa com este filtro seleciona somente os trabalhos que contemplam o tema em seu assunto principal. Assim, embora em menor quantidade, os resultados são mais específicos.

A revisão se restringiu ao Repositório Digital Lume, com o intuito de verificar que produções relativas à temática da sexualidade foram realizadas na UFRGS, num período de 30 anos. Essas produções também se dividiram em duas etapas: inicialmente, a busca foi realizada em teses e dissertações, e após, em Trabalhos Acadêmicos e Técnicos.

Foram iniciadas as buscas com as pesquisas publicadas entre os anos de 1990 e 1999. Dentro dessa década, as Teses e Dissertações, certamente, foram essenciais para alavancar as pesquisas das décadas futuras.

Um dos grandes documentos que carregam a temática da “Orientação Sexual” foi lançado no ano de 1997 — os Parâmetros Curriculares Nacionais. (PCNs). Muitas pesquisas na área da Educação, desde a virada do século XXI até o momento presente, possuem entre suas principais referências, esse documento que apresenta o tema da sexualidade como um tema transversal no currículo escolar.

De acordo com o documento de apresentação dos temas transversais do Plano Nacional de Educação:

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade) (BRASIL, 1998, p. 26).

Mesmo tendo sido lançado há 22 anos, os Parâmetros Curriculares Nacionais – Orientação Sexual até hoje são tidos como referência, e é um dos documentos mais relevantes relacionados à sexualidade de forma direta, na relação com a escola.

Os resultados encontrados na pesquisa foram os que seguem (Tabela 1):

Tabela 1 - Resultados da pesquisa das palavras-chave em “Teses e Dissertações” entre os anos de 1990 a 2018

Palavras-chave	Anos de 1990 a 1999	Anos de 2000 a 2018
Sexualidade	Buscar: 57 resultados Assunto: 2 resultados	Buscar: 3.012 resultados Assunto: 104 resultados
Corpo	Buscar: 868 resultados Assunto: 7 resultados	Buscar: 21.076 resultados Assunto: 175 resultados
Gênero	Buscar: 273 resultados Assunto: 2 resultados	Buscar: 13.691 resultados Assunto: 322 resultados
Sexualidade + Corpo	Buscar: 56 resultados Assunto: 0 resultados	Buscar: 2.870 resultados Assunto: 16 resultados
Sexualidade + Gênero	Buscar: 45 resultados Assunto: 0 resultados	Buscar: 2.604 resultados Assunto: 56 resultados
Gênero + Corpo	Buscar: 214 resultados Assunto: 0 resultados	Buscar: 10.300 resultados Assunto: 214 resultados
Sexualidade + Gênero + Corpo	Buscar: 45 resultados Assunto: 0 resultados	Buscar: 2.512 resultados Assunto: 4 resultados
Sexualidade + Gênero + Corpo + Educação Infantil	Buscar: 0 resultados Assunto: 0 resultados	Buscar: 1.434 resultados Assunto: 1 resultado

É importante destacar que no campo *buscar*, foram localizados 273 trabalhos com a palavra *gênero*, porque a pesquisa contabilizou também os trabalhos envolvendo gênero textual. A palavra-chave *corpo* é encontrada em grande número nas publicações dos estudos das áreas das artes e educação.

Nos resultados da busca feita no período de 2000 a 2018, observou-se um número bem mais elevado de estudos com as temáticas pesquisadas. Conforme citado anteriormente, deve-se muito em função do lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Orientação Sexual e de todo um movimento feito dentro das universidades do país de colocar o tema em pauta, tendo como exemplo o Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) da UFRGS, fundando em 1990 pela Professora Doutora Guacira Lopes Louro

O GEERGE é um dos grupos mais antigos do Brasil, reconhecido pelo CNPq como uma instância acadêmica formadora de pesquisadores(a)s, reunindo estudantes e docentes interessados em investigar e discutir questões

relacionadas a gênero, sexualidade, etnia, educação, em suas múltiplas e complexas articulações (GEERGE, [s.d.], documento eletrônico).

Na segunda etapa, recorri às mesmas estratégias de busca no Lume, utilizando as mesmas palavras-chave e as mesmas temporalidades da busca anterior, mas agora com o objetivo de verificar quais Trabalhos Acadêmicos e Técnicos estavam sendo produzidos na Universidade sobre a temática. Para ilustrar as respostas, elaborei a tabela a seguir:

Tabela 2 - Resultados da pesquisa das palavras-chave em “Trabalhos Acadêmicos e Técnicos” entre os anos de 1990 a 2018

Palavras-chave	Anos de 1990 a 1999	Anos de 2000 a 2018
Sexualidade	Buscar: 1 resultado Assunto: 0 resultados	Buscar: 1.340 resultados Assunto: 50 resultados
Corpo	Buscar: 16 resultados Assunto: 0 resultados	Buscar: 12.047 resultados Assunto: 62 resultados
Gênero	Buscar: 10 resultados Assunto: 0 resultados	Buscar: 7.350 resultados Assunto: 230 resultados
Sexualidade + Corpo	Buscar: 1 resultado Assunto: 0 resultados	Buscar: 1.469 resultados Assunto: 9 resultados
Sexualidade + Gênero	Buscar: 0 resultados Assunto: 0 resultados	Buscar: 1.105 resultados Assunto: 19 resultados
Gênero + Corpo	Buscar: 6 resultados Assunto: 0 resultados	Buscar: 6.067 resultados Assunto: 14 resultados
Sexualidade + Gênero + Corpo	Buscar: 0 resultados Assunto: 0 resultados	Buscar: 1.174 resultados Assunto: 4 resultados
Sexualidade + Gênero + Corpo + Educação Infantil.	Buscar: 0 resultados Assunto: 0 resultados	Buscar: 504 resultados Assunto: 0 resultados

Durante esta busca, fui selecionando alguns trabalhos que foram importantes fontes de inspirações para minha escrita. Todos eles foram encontrados a partir da intersecção das palavras-chave, o que delimitava a pesquisa e me apresentava resultados mais parecidos com este TCC.

4 A SEXUALIDADE NA PAUTA DOS DOCUMENTOS OFICIAIS



Figura 4 - "David" de Michelangelo, 1504.

A obra de arte escolhida para representar o capítulo referente à busca da sexualidade nos documentos oficiais da educação foi a escultura "David" de Michelangelo. Considerada uma das obras mais importantes do Renascimento, encontra-se em Florença, na Itália, desde 1504. Ela representa o personagem bíblico Davi completamente nu. Mesmo que há cinco séculos os padrões de beleza masculina fossem diferentes dos atuais, o corpo nu era a representação do homem por completo (IMBROISI, 2017).

A seguir, apresento os documentos oficiais que tratam sobre Educação Infantil, encontrados no site do Ministério da Educação.

— **Estatuto da Criança e do Adolescente:** O ECA, instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, visa a uma transformação do olhar sobre as crianças, tanto nos aspectos políticos quanto sociais. O documento apresenta a criança (até 12 anos incompletos) como uma pessoa de direitos, que deve ser protegida pela família, pela sociedade e pelo Estado. É o marco legal dos direitos das crianças e dos adolescentes em nosso país.

— **Plano Nacional de Educação:** Documento válido por 10 anos, que teve sua origem em junho de 2014. Ele “determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024”, ou seja, os municípios e os estados possuem liberdade para criar os documentos de acordo com sua realidade, contudo precisam ser guiados pelo PNE.

O atual documento apresenta um conjunto de metas e estratégias que contemplam todos os níveis, modalidades e etapas educacionais, desde a Educação Infantil até a Pós Graduação, além de estabelecer diretrizes para a profissão docente, a implantação da gestão democrática e o financiamento do ensino. Além disso, há estratégias específicas para a redução da desigualdade e inclusão de minorias, como alunos com deficiência, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida. (OPNE, documento eletrônico, [s.d.])

— **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:** A DCNEI é um documento legal que serve de referência e também para orientar o trabalho pedagógico realizado por cada escola nesta etapa de ensino. Esse documento é elaborado pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação para “[...] orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil” (BRASIL, 2010).

— **Lei de Diretrizes e Bases da Educação:** É a lei mais importante que existe referente à educação no país. Foi sancionada em dezembro de 1996 (a versão anterior está obsoleta) e demonstra os deveres que o Estado possui sobre a educação e os direitos a quem ela pertence, ou seja, ela regulamenta a educação pública e privada no Brasil.

A LDB abrange toda a educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e Ensino Superior, em diversos assuntos que envolvem esses níveis de ensino. Para além dos níveis, também dispõe sobre o funcionamento das seguintes modalidades de ensino: Educação Especial, Educação a Distância, Educação Profissional e Tecnológica, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena.

— **Crítérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças:** Este documento foi desenvolvido e publicado pelo Ministério da Educação com o intuito de estabelecer critérios orientadores para a Educação Infantil.

O documento centraliza-se em três campos de conhecimento e ação: aspectos da realidade do cotidiano das creches brasileiras que atendem crianças de famílias de classe baixa; estudos acerca do desenvolvimento infantil em contextos externos à família, observando a questão das

interações e experiências das crianças; e fundamentalmente, as discussões acerca dos direitos das crianças, bem como a qualidade da educação oferecida a elas (MARTINS, 2014, p. 1).

O documento apresenta critérios básicos para incentivar uma educação na creche que valorize o respeito e a diversidade. Porém, na própria introdução, se apresenta como um documento que apenas cria listas em tópicos desses critérios, e não faz um aprofundamento de como deve ser executado cada um deles, possibilitando que cada escola e que cada professor/a crie sua construção em torno das práticas sobre estes critérios.

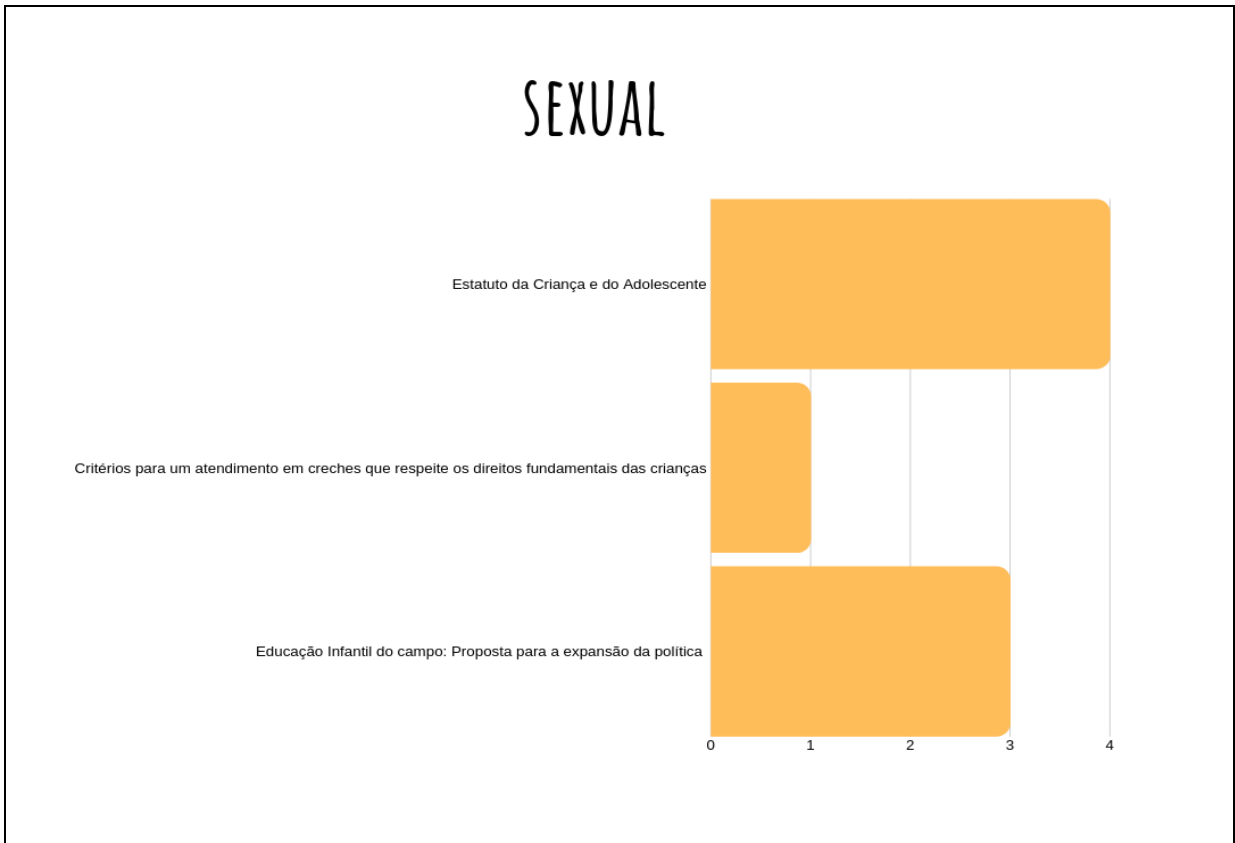
— **Educação Infantil do campo: Proposta para a expansão da política:**

Este documento sintetiza a produção do Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI - para a Educação Infantil no Campo, [...] cujo objetivo foi apresentar proposta e critérios para a expansão da política de Educação Infantil voltada às populações do campo (BRASIL, 2014, p. 3).

— **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil Volume 1 e 2:** Estes documentos orientam os/as professores/as e a escola com o que precisam compreender para oferecer um ensino verdadeiramente de qualidade na etapa da Educação Infantil. São formados por parâmetros e princípios que prezam pela qualidade que este ensino será ofertado no país, visando a uma educação cada vez mais qualificada e ideal para as crianças.

A pesquisa nos documentos se deu pela busca de três descritores que compõem as palavras-chave deste trabalho. São eles: Sexualidade, Corpo e Gênero. Para apresentar os resultados, foram construídos três gráficos que demonstram o uso desses três descritores nos oito documentos selecionados.

Inicialmente, não foi localizado o uso da palavra *sexualidade* nos documentos citados. Não satisfeita, utilizei o radical da palavra (sexual) para uma nova busca. O gráfico com os resultados é constituído de barras e deve ser lido da esquerda para a direita. Os nomes dos documentos utilizados na pesquisa encontram-se na horizontal e a quantidade de vezes que a palavra foi encontrada na vertical.

Gráfico 1 - Utilização da palavra *sexual* nos documentos listados

Fonte: Autora deste TCC, 2019.

Estatuto da Criança e do Adolescente:

Sexual: 04 resultados

O ECA utiliza a palavra *sexual* pela primeira vez para explicar o procedimento tomado pela justiça de afastamento da criança que foi abusada sexualmente do ambiente familiar. Na segunda vez, a palavra é utilizada para explicar que caso a criança sofra algum tipo de violência (sexual ou não sexual) por pais ou responsáveis, se decidido pela justiça, se dará o afastamento desse responsável da mesma moradia da criança.

§ 2º Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o art. 130 desta Lei, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária
[...]

Art. 130. Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum (BRASIL, 2009, documento eletrônico).

A Seção V-A, incluída no ano de 2017 no ECA, fala sobre a investigação de pessoas que tenham cometido crimes sexuais, via digital, contra crianças e adolescentes. Explica que o

policial tem a liberação para investigação de crimes digitais previstos nos artigos: Art. 240, Art. 241, Art. 241-A, Art. 241-B, Art. 241-C, Art. 241-D, de 2008, e nos artigos Art. 154-A, Art. 217-A, Art. 218, Art. 218-A, Art. 218-B, de 2009.

Essa nova seção do documento, criada em 2017, foi um grande avanço para todos os cidadãos brasileiros, pensando que hoje a internet é uma rede de fácil acesso para muitas pessoas e que é impossível se ter o controle do que cada pessoa busca com ela. Computadores, tablets e celulares podem ser armas contra as crianças, se utilizadas para cometer esse tipo de crime. Por isso, hoje os policiais podem se infiltrar para garantir a segurança delas e, principalmente, encontrar as pessoas que cometem esse tipo de crime.

Por fim, a última aparição da palavra no documento se encontra no artigo 244-A, em que define como crime a exploração sexual e prostituição infantil.

Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças:

Sexual: 01 resultado.

A palavra *sexual* aparece na seção “Nossas crianças têm direito a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão” (BRASIL, 2009, p. 21), no tópico: “Não reprimimos a curiosidade sexual das crianças”, sem outras explicitações.

Educação Infantil do campo: Proposta para a expansão da política:

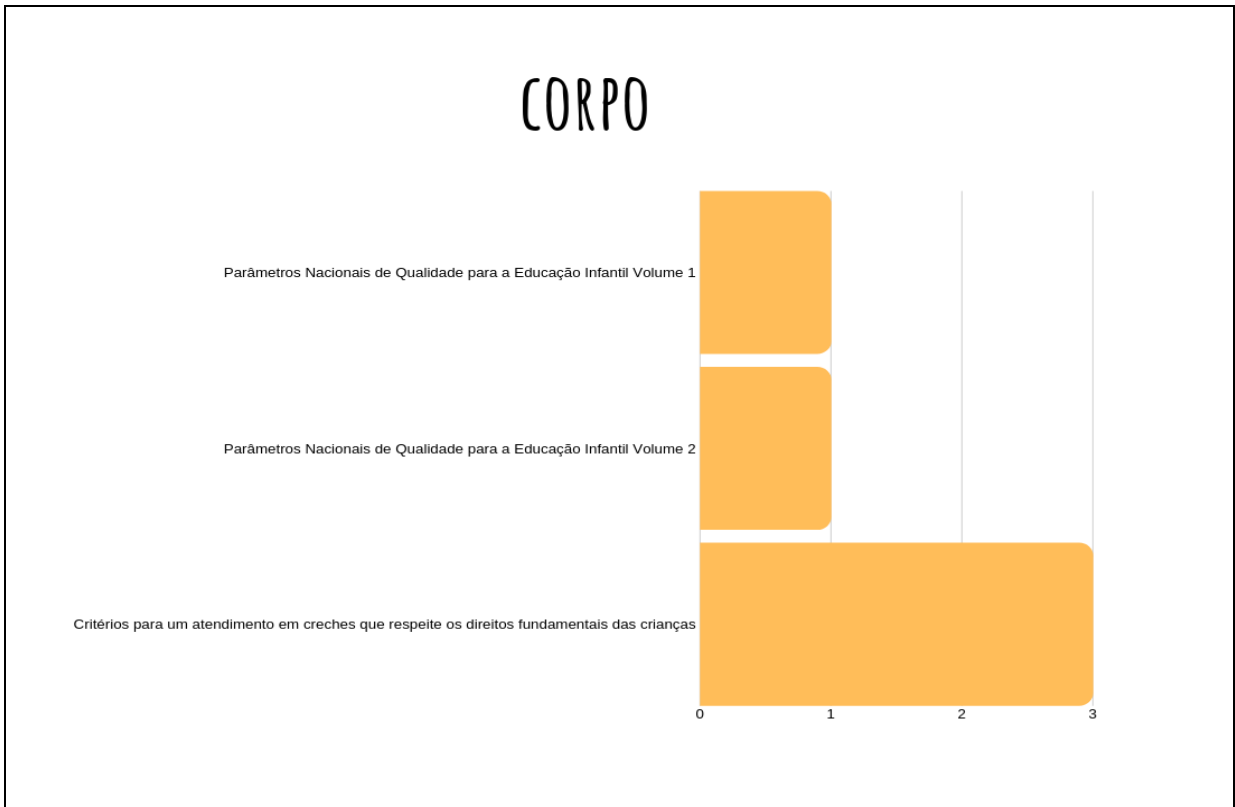
Sexual: 03 resultados.

No capítulo IV, onde são apresentadas as propostas e as recomendações da Educação Infantil no Campo aparece a seguinte proposta:

Garantir o acesso a brinquedos, jogos, livros e material pedagógico em geral, respeitando a realidade do campo e da Educação Infantil assim como as diferenças étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual, geracional e religiosa e serem adequados às diferentes faixas etárias, possibilitando ações afirmativas (BRASIL, 2014, p. 26).

Esta proposta está muito bem colocada, considerando todo o contexto social do campo, em que a divisão do trabalho é ainda muito sexista. Porém, a escola já nasce com uma visão de ensinar o respeito e já está interligada com um dos temas transversais da educação, que é a orientação sexual, segundo os PCNs.

A palavra *sexual* aparece mais duas vezes no documento, no sentido de especificar a autonomia das mulheres do campo em relação ao trabalho desigual.

Gráfico 2 - Utilização da palavra *corpo* nos documentos listados

Fonte: Autora deste TCC, 2019.

Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil Volume 1:

Corpo: 01 resultado.

A palavra no documento está relacionada à estrutura corporal, onde explica que a criança, muitas vezes, é vista como um adulto em miniatura, mas na verdade, é um ser que está em desenvolvimento corporal e mental a cada dia.

Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil Volume 2:

Corpo: 01 resultado.

Aparece para exemplificar um dos tipos da linguagem que os bebês expressam nas propostas em que os/as professores/as criam em sala de aula, a expressão corporal.

Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças:

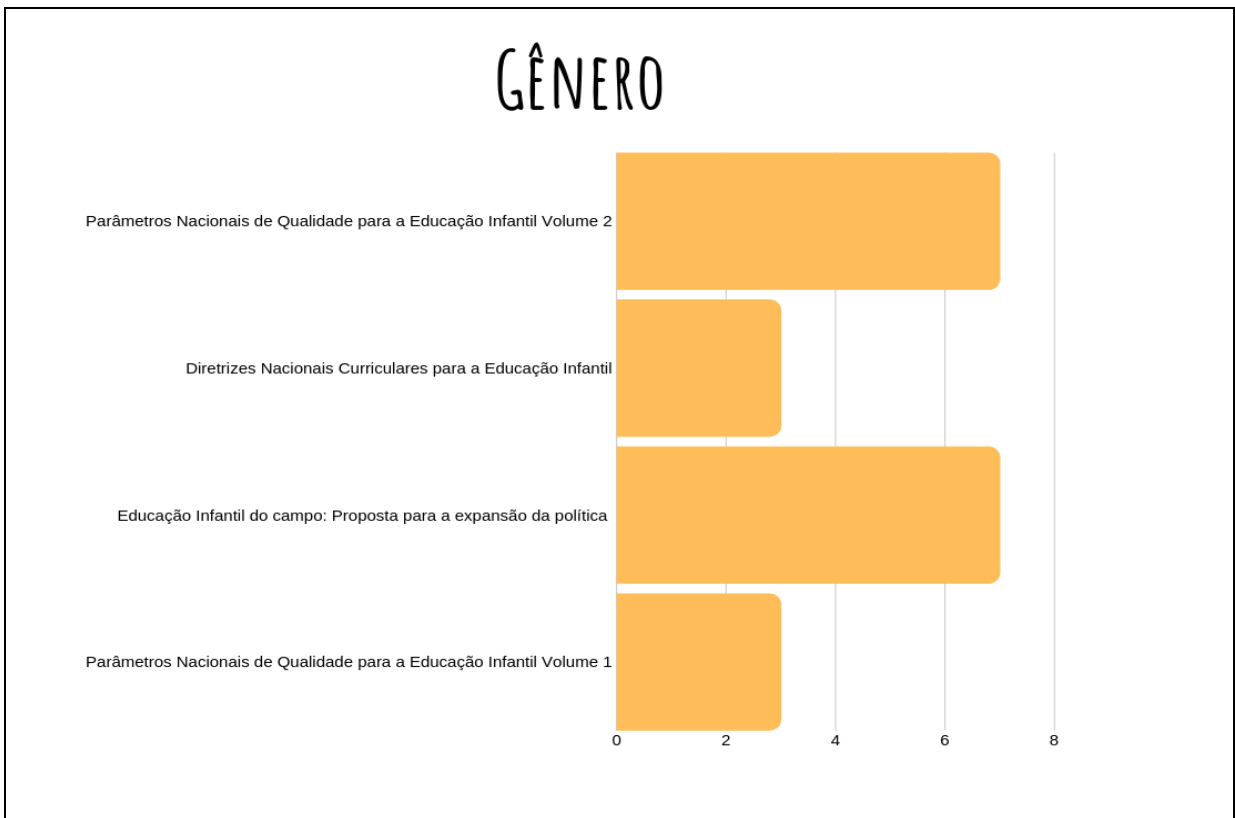
Corpo: 03 resultados.

A palavra *corpo* aparece atrelada à noção de saúde e higiene quando defende o direito da criança a um corpo limpo, cuidado e saudável.

Na seção sobre a importância de a criança se expressar, *corpo* aparece desta maneira: “Não reprimimos a curiosidade das crianças pelo seu corpo” (BRASIL, 2009, p. 21).

Quanto à diversidade cultural, racial e religiosa, o documento traz como incentivo a esse direito de respeito consigo mesmo e com o próximo: “Nossas crianças, negras e brancas, aprendem a gostar de seu corpo e de sua aparência” (BRASIL, 2009, p. 27). Nessa frase, a palavra corpo está se referindo a corpo humano, com suas características particulares, e “aprender a gostar” está relacionado à autoestima das crianças.

Gráfico 3 - Utilização da palavra *gênero* nos documentos listados



Fonte: Autora deste TCC, 2019.

Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil Volume 2:

Gênero: 03 resultados.

Primeiramente, *gênero* aparece para auxiliar na demonstração de que todas as crianças possuem o direito de estarem nas instituições de Educação Infantil independente de qualquer caracterização. Em seguida, referente às propostas pedagógicas da escola:

Professoras, professores, gestoras e gestores desenvolvem atitudes mútuas e em relação às crianças e aos seus familiares de respeito à diversidade e orientam contra discriminação de gênero, etnia, opção religiosa, de indivíduos com necessidades educacionais especiais ou diante de composições familiares diversas e estilos de vida diversificados (BRASIL, 2014, p. 33).

Por último, com relação aos deveres dos/as professores/as, refere que estes:

Valorizam atitudes de cooperação, tolerância recíproca e respeito à diversidade e orientam contra discriminação de gênero, etnia, opção religiosa ou às crianças com necessidades educacionais especiais, permitindo às crianças aprender a viver em coletividade, compartilhando e competindo saudavelmente (BRASIL, 2014, p. 40).

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

Gênero: 01 resultado.

A palavra *gênero* aparece uma vez no documento referindo-se à Concepção de Proposta Pedagógica do documento, em que apresenta as garantias sociopolíticas e pedagógicas que as instituições de ensino devem possuir. Ela figura no quinto e último tópico:

Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico racial, de gênero, regional, linguística e religiosa. (BRASIL, 2010. p. 17).

Educação Infantil do campo: Proposta para a expansão da política:

Gênero: 07 resultados.

A primeira vez que a palavra *gênero* aparece no documento é logo na primeira página da introdução, referindo-se à relação de igualdade de gênero no mundo de trabalho.

Esse documento valoriza a igualdade de gênero e a valorização da mulher que vive hoje no campo. Traz uma visão atual de direitos femininos conquistados ao longo de muitos anos, que historicamente não ultrapassavam a fronteira da área urbana para o campo.

É também direito das mulheres do campo construir capacidades que lhes permitam acessar condições dignas de trabalho e usufruir dos seus resultados; participar das definições políticas que dizem respeito a si mesmas e à sociedade; experimentar uma vida livre de violência e ter as ações de cuidado da família compartilhadas por esta, pela sociedade e pelo Estado. Isso implica que a oferta universal de equipamentos públicos de qualidade e compatíveis com a realidade das mulheres do campo hoje no mercado de trabalho é um direito imprescindível à sua autonomia e ao enfrentamento à desigualdade de gênero, raça e classe no Brasil (BRASIL, 2014, p. 9).

A terceira e a quarta vez que a palavra aparece, também é com relação aos direitos das mulheres, em especial das mulheres da área rural, porém faz uma afirmação importante — de que valorizar a mulher e dar autonomia a elas traz consequências positivas para a sociedade, como por exemplo, o enfrentamento a violência.

Assim como a palavra *sexual*, no capítulo IV referente às propostas e recomendações, no segmento em que fala sobre a formação inicial e continuada das profissionais que atuam no campo, o referido documento apresenta uma prioridade de formação: “Que os temas relacionados às questões de gênero, raça e etnia sejam abordados no processo de formação” (BRASIL, 2014, p. 25). Novamente, no mesmo capítulo, na mesma citação da palavra *sexual*, também é encontrada a palavra *gênero*.

Por fim, ainda no capítulo IV, encontramos *gênero* em um tópico escrito para enfatizar que a Educação Infantil acontece para que as crianças aprendam a respeitar todos os tipos de pessoas que temos na nossa sociedade, sempre se posicionando contra o preconceito, a exclusão e a discriminação.

Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil Volume 1:

Gênero: 07 resultados.

A palavra *gênero* inicia sua aparição para exemplificar que o Brasil não apresenta sua desigualdade apenas relacionada à questão social e econômica, mas também nas questões de gênero, etnia e regionais.

As duas próximas aparições da palavra são destinadas ao seguinte parágrafo:

O desigual acesso à renda e aos programas sociais está marcado por esses diversos pertencimentos de classe, de etnia e de gênero, heranças históricas e culturais que também se expressam no acesso à Educação Infantil e na qualidade dos programas oferecidos. Assim, no contexto brasileiro, discutir a qualidade da educação na perspectiva do respeito à diversidade implica necessariamente enfrentar e encontrar caminhos para superar as desigualdades no acesso a programas de boa qualidade, que respeitem os direitos básicos das crianças e de suas famílias, seja qual for sua origem ou condição social, sem esquecer que, entre esses direitos básicos, se inclui o direito ao respeito às suas diversas identidades culturais, étnicas e de gênero (BRASIL, 2006, p. 23).

A quarta vez em que a palavra aparece é apenas para enfatizar que todas as crianças, independente de qualquer razão, possuem o direito ao acesso e à permanência na escola.

Na quinta vez, *gênero* aparece junto aos temas “diversidade étnica” e “disparidades entre cidade e campo” para dizer que não é simples contemplar estes assuntos somente analisando os documentos, que realmente é algo mais intenso de vivência de sala:

Para definir parâmetros de qualidade para a Educação Infantil, não é suficiente consultar a legislação específica para essa etapa de ensino, especialmente quando se trata de contemplar temas relativos à diversidade étnica, racial, de gênero ou as disparidades entre cidade e campo (BRASIL, 2006, p. 36).

Gênero aparece também citado no documento Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2004c), cujo principal objetivo é uma educação inclusiva e não sexista.

Observando todos estes resultados, para mim, foi possível compreender que o tema da sexualidade não possui uma importância significativa suficiente para ser abordada em documentos gerais da educação. A temática se detém objetivamente ao documento dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Orientação sexual que é destinado aos terceiros e quartos ciclos do Ensino Fundamental.

Relativos à Educação Infantil, nesses documentos citados, é possível perceber brechas, principalmente quando os documentos citam questões de respeito à diversidade cultural. É com essas brechas que a instituição escolar, a meu ver, pode se apropriar e se basear para criar um currículo e um Projeto Político Pedagógico que contemple a sexualidade e, assim, introduzir a Educação Sexual no âmbito escolar da Educação Infantil.

5 ANÁLISE DE DADOS



Figura 5 - Capa da Cartilha Educativa sobre Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2012.

Para apresentar o capítulo dedicado à análise dos questionários, que foi a ferramenta metodológica utilizada para elaboração do material empírico desta pesquisa, foi escolhida como ilustração a capa da Cartilha Educativa sobre a Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2012), pois um número significativo de respostas foi em defesa da Educação Sexual como forma de prevenção aos abusos sexuais.

Nos questionários online, utilizei a terminologia Educação Sexual para compor as perguntas realizadas. Apresento aqui o significado deste conceito do qual me aproprio neste trabalho. De acordo com FURLANI (2009):

[...] as temáticas discutidas da educação sexual são conhecimentos imprescindíveis à formação integral da criança e do(a) jovem. O sexo, o gênero, a sexualidade, a raça, a etnia, a classe social, a origem, a nacionalidade, a religião, por exemplo, são identidades culturais que constituem os sujeitos e determinam sua interação social desde os primeiros

momentos de sua existência. A sexualidade se manifesta na infância, na adolescência, na vida adulta e na terceira idade. Esperar para abordar a sexualidade, apenas na adolescência reflete uma visão pedagógica limitada, baseada na crença de que a “iniciação sexual” só é possível a partir da capacidade reprodutiva (puberdade) (FURLANI, 2009, p. 45).

Com isso, assim como FURLANI (2009), utilizo o termo *Educação Sexual* diferentemente da terminologia *Orientação Sexual* utilizada nos PCNs. O termo *orientação* remete a “preparar para”, enquanto o termo *educação* é mais objetivo, remete a ensinar, remete à instituição escolar e à formação. Utilizar o termo *orientar* na escola estaria, de certa forma, minimizando o processo que é feito nessa instituição, que é *educar* além de somente *orientar*. Esse processo, inclusive, é realizado por *educadoras*⁶, o que complementa o sentido de *educação*.

Outro motivo para optar por não utilizar o termo *orientação sexual*, é que essa expressão é utilizada também para denominar a atração sexual e afetiva que alguém sente por outra pessoa. A partir disso, FURLANI (2009) conclui que “[...] O Brasil é o único país do mundo que utiliza a expressão *orientação sexual* para se referir ao trabalho pedagógico/escolar de discussão da sexualidade” (FURLANI, 2009, p. 44).

Apesar de não utilizar o termo *orientação* como apresentado nos PCNs, aproprio-me e concordo com o modo como o documento indica que deve ser realizada a *orientação* (educação) sexual nas escolas: “O trabalho de Orientação Sexual na escola se faz problematizando, questionando e ampliando o leque de conhecimentos e de opções para que o próprio aluno escolha seu caminho” (BRASIL, 1997, p. 299).

Ressalto que os Parâmetros Curriculares Nacionais – Orientação Sexual são específicos para serem discutidos nos terceiros e quartos ciclos do Ensino Fundamental, porém utilizo-o como documento legal base desta análise, enfatizando que muito do que esse documento aborda pode ser, sim, discutido e abordado na Educação Infantil. Segundo os próprios PCNs, “A sexualidade infantil se desenvolve desde os primeiros dias de vida e segue se manifestando de forma diferente em cada momento da infância” (BRASIL, 1997, p. 296).

Nas respostas às questões do questionário, a palavra *corpo* foi escrita por ambos os respondentes 107 vezes. É necessário, portanto, enfatizar a conceitualização de corpo que esse trabalho segue, e que é um conjunto das definições de BALESTRIN (2017) em que “[...] o

⁶ Utilizarei a palavra no feminino tendo em vista que a grande maioria das educadoras da Educação Infantil são mulheres.

corpo é considerado um construto histórico-cultural que não se limita à materialidade biológica e ganha inteligibilidade a partir da nomeação de um gênero" (BALESTRIN 2017, p. 16) e de Alvarenga e Dal'igna (2008):

[...] entendemos o corpo como um *locus* de inscrição de identidade e diferença que produz sujeitos de uma cultura. Por isso, afirmamos que o corpo é história. Nele se inscrevem muitas marcas sexuais, com e através de práticas efetivas, políticas, esportivas, estéticas, dentre outras (ALVARENGA; DAL'IGNA, 2008, p. 66).

5.1 QUEM SÃO OS FAMILIARES E AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO RESPONDENTES DA PESQUISA?

Conforme foi citado no capítulo 2 deste trabalho, no período compreendido entre os dias 26 de março ao dia 02 de abril de 2019, foram enviados os convites para preenchimento dos questionários para familiares responsáveis por crianças entre 4 e 10 anos, bem como para profissionais da área da educação, visando angariar o maior número possível de respostas no intuito de viabilizar a análise de um material diversificado e robusto.

Na pesquisa destinada aos familiares, obtive respostas de 53 participantes. 39,6% dos respondentes foram familiares responsáveis por crianças entre 7 e 10 anos de idade; 34%, por crianças entre 5 e 6 anos; e 26,4%, por crianças de 4 anos de idade.

Levando em consideração que a idade das crianças que frequentam a Educação Infantil é de até 6 anos de idade, conclui-se, com as repostas, que 60,4% dos entrevistados são os responsáveis por crianças que frequentam a Educação Infantil no ano de 2019, ano em que a pesquisa foi realizada.

Na pesquisa destinada as profissionais da educação, obtive a participação de 46 respondentes, sendo que 3 deles são estudantes do curso de Pedagogia; 30 são pedagogos; 5 possuem magistério; uma respondente é psicopedagoga; uma é professora de artes; uma jornalista; uma enfermeira; e 4 pessoas são pós-graduadas. Desses profissionais, 26,1% atua com a faixa etária de 3 a 4 anos; 21,7%, de 4 a 5 anos; 15,2%, de 5 a 6 anos; 15,2%, de 2 a 3 anos; 10,9%, de 1 a 2 anos; 6,5% na orientação/coordenação escolar; e 4,3% de 4 meses a 1 ano.

Todas essas profissionais estavam atuando em escolas quando a pesquisa foi realizada. Partindo do princípio de que esses profissionais precisaram passar por algum tipo de formação para hoje poderem estar exercendo sua profissão, foi perguntado se na

faculdade ou curso que cada um frequentou, foi estudado o tema da Educação Sexual na Educação Infantil. Foram obtidas 27 respostas positivas, sendo 8 delas especificando que a abordagem aconteceu de forma muito moderada, e 17 respostas negativas.

Uma porcentagem de 93,5% das profissionais respondentes atua na Educação Infantil há dois anos, no mínimo, sendo desses uma maior parcela entre cinco e dez anos.

No levantamento das respostas, vimos que 54,7% das crianças são estudantes da escola pública e 45,3% da escola privada, ou seja, porcentagens semelhantes. Com relação às escolas em que as profissionais trabalham, 58,7% exerce sua profissão em escola pública e 41,3%, em escola privada. Conclui-se, com estes dados, que a maioria das respostas obtidas é de familiares de crianças de escola pública e das profissionais que trabalham nesta mesma realidade escolar.

A pergunta com que inicio minha análise foi respondida por ambos os públicos-alvo desta pesquisa: “O que você entende sobre Educação Sexual?”. Destaco algumas respostas que são importantes para perceber, minimamente, o que as pessoas respondentes pensam sobre essa questão.

Para melhor visualização das respostas, organizei a divisão por três eixos que foram muito recorrentes, tanto no questionário dos familiares quanto no questionário das profissionais da educação.

1° eixo: O que você entende sobre Educação Sexual: Biologização do ensino?

Familiares:

Orientação sobre seu próprio corpo, como funciona e como entender cada fase de crescimento.

A explicação sobre reprodução humana (sexo).

Profissionais:

Educação sexual é o estudo das sexualidades, tanto dos órgãos sexuais, como das orientações e do que é relativo ao sexo.

2° eixo: O que você entende sobre Educação Sexual: Medidas protetivas contra abuso sexual?

Familiares:

Ensinar o que é normal e o que é de certa forma errado de fazer, para assim as crianças poderem também ficar alerta para contar para os pais caso alguém tenha se comportado de forma inadequada com elas. Algum “carinho estranho”.

Educação básica para informar nossas crianças, e até aprender sua própria proteção, pois minha filha tem 13 e sofreu abuso por pai de uma amiga dela, e conseguiu se proteger contra

o pior, por eu ter instruído.

Profissionais:

Tudo que se ensine sobre a preservação e integridade do corpo infantil.

Um ensino mais informativo que fale sobre questões dos gêneros, que não romantizem o machismo nas histórias infantis ou em qualquer situação. Evidenciar para crianças desde cedo sobre cuidados com o corpo, maldades (abuso psicológico e sexual), etc.

Mesmo que as respostas sejam diversas, observei que tanto os educadoras quanto os familiares demonstram que o tema é voltado, sobretudo, ao corpo, muito embora abordem também, brevemente, outros focos que são tão importantes quanto os dentro desta temática. Os PCNs (1997), embora sejam voltados para os anos iniciais, abordam de modo pertinente como o tema da sexualidade e do gênero pode ser problematizado, de forma geral, dentro das escolas.

Assim, como indicam inúmeras experiências pedagógicas, a abordagem da sexualidade no âmbito da educação precisa ser clara, para que seja tratada de forma simples e direta; ampla, para não reduzir sua complexidade; flexível, para permitir o atendimento a conteúdos e situações diversas; e sistemática, para possibilitar aprendizagem e desenvolvimento crescentes (BRASIL, 1997 p. 307).

Por isto, é tão importante enfatizar que a Educação Sexual perpassa o corpo e a questão do abuso sexual. Sobretudo, essa temática é uma questão cultural que está em desenvolvimento diário e engloba todas as emoções, sensações e ações humanas.

3° eixo: O que você entende sobre Educação Sexual: Questões culturais?

Familiares:

Orientar sobre as diferenças de cada um, ensinar a respeitar a individualidade física e espiritual do outro, sem estereótipos, com naturalidade

Profissionais:

Ensinar as crianças a conhecerem seu corpo, entenderem o que é carinho e o que não é, em que ponto que estão tendo a privacidade invadida pelo outro, entender que cor, brinquedo e roupa, não diz nada sobre os sujeitos.

Entendo Educação Sexual como educação de convivência, comportamento, respeito, diferenças, identidade, sexualidade, corpo.

Ao se fazer a intersecção desses três eixos de respostas, podemos fazer também a intersecção com três grandes dimensões que compõem a Educação Sexual: a dimensão

biológica é referente à biologização do ensino; a dimensão psíquica, às medidas protetivas contra abuso sexual e a dimensão sociocultural, às questões culturais.

Estas dimensões também são citadas nos PCNs (1997), considerando-as como critérios que os conteúdos a serem trabalhados precisam levar em consideração: “consideração às dimensões biológica, psíquica e sociocultural da sexualidade, buscando contemplar uma visão ampla e não reducionista das questões que envolvem a sexualidade e o seu desenvolvimento no âmbito pessoal” (BRASIL, 1997, p. 316).

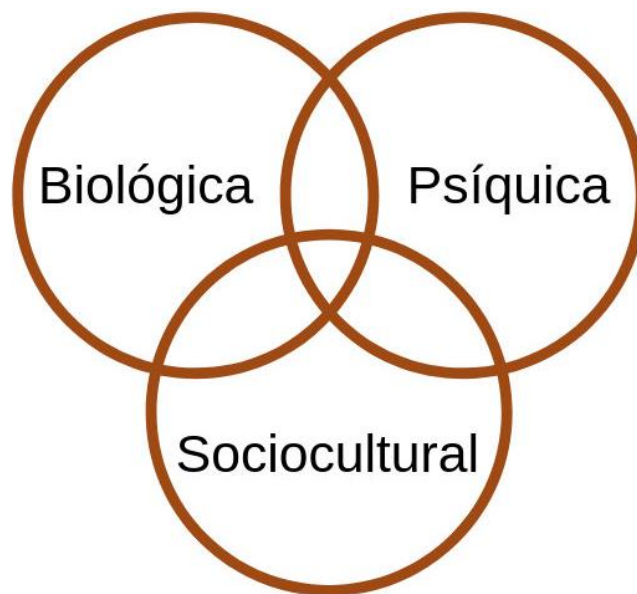


Figura 6: Intersecção das dimensões da Educação Sexual
Fonte: Autora

Observando todas essas respostas, pude concluir que as profissionais atuantes nas escolas possuem uma visão mais ampla que inclui outras dimensões, não somente biológicas. Isso é muito positivo, pois as respostas de ambos os questionários acabam apresentando um entendimento mais propício para o desenvolvimento do tema em sala de aula.

A intersecção das dimensões da figura 6 contempla os aspectos sociais que a pedagogia deve ter como referência. Os PCNs abordam essa ideia:

Esse tema [sexualidade] vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que propõe o desenvolvimento do respeito a si e ao outro e contribui para garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades (BRASIL, 1997, p. 311).

Quando perguntei as profissionais “Você acha que o tema deveria ser abordado pelos/as professores/as na Educação Infantil? Por quê?”, 33 pessoas responderam que sim, o

tema deve ser abordado; 6 pessoas responderam que não deve ser realizada a abordagem; e 2 pessoas disseram que depende de como a abordagem será feita.

Destaco 2 respostas das profissionais da educação que concordam com a abordagem do tema.

Sim. Porque crianças repetem o que ouvem em casa sobre um brinquedo ser de menina ou menino, sendo até agressivos quando veem alguém com brinquedo que segundo eles, que seria para o sexo oposto. Isso pode ser evitado com conversas sobre o tema. Para conhecer o próprio corpo e os limites que as crianças devem ter ao tocar e serem tocadas, trabalhando na mente da criança formas de identificar sinais de abuso infantil e possa denunciar.

Sim, pois a fase da Educação Infantil caracteriza-se por ser um momento de descobertas. Nesta fase as crianças começam a explorar os seus corpos, perceber a diferença entre o seu corpo e o do outro e deparam-se com adultos que se relacionam-se tanto na televisão como em casa. Nesta etapa as crianças também começam a descobrir o prazer através do toque. É tarefa do adulto abordar de forma natural os questionamentos e dúvidas da criança, sem repreender, estereotipar ou estimular. Assim, a criança vai formando sua sexualidade e compreendendo o mundo ao seu redor.

Ambas as respostas destacadas acima apresentam um conteúdo com argumentação ampla que não delimita a Educação Sexual como um assunto voltado apenas para o ato sexual, até por que esse não é o foco do trabalho com Educação Sexual na escola, como afirma Santos: “[...] a sexualidade está presente no ambiente escolar como em qualquer outro ambiente social” (SANTOS, 2009, p. 61). As educadoras respondentes, como já foi citado, a compreendem como uma pedagogia que colabora para o entendimento da criança sobre o respeito e sobre diversidade. Segundo os PCNs (1997):

É importante que os educadores reconheçam como legítimas e lícitas, por parte das crianças e dos jovens, a busca do prazer e as curiosidades manifestas acerca da sexualidade, uma vez que fazem parte de seu processo de desenvolvimento (BRASIL, 1997, p. 302).

Quando realizada a pergunta: “Você considera adequada ou inadequada a abordagem do tema na Educação Infantil? Por quê?”, a resposta dada pelos familiares apresenta uma visão muito parecida com a das educadoras. Ou seja, a maioria dos respondentes, 61,6% dos familiares, considerou adequado abordar a temática em sala de aula. A principal justificativa deve-se à possibilidade de apresentar informações às crianças como uma forma de prevenir algum tipo de abuso, sendo essa uma das preocupações principais (e legítimas) para com suas crianças. Entre outras justificativas, uma delas refere-se ao fato de as crianças possuírem, hoje, um mundo de possibilidades na internet, e que é melhor “sanarem” suas curiosidades na escola, com profissionais adequados.

Outra justificativa explícita que muitas famílias não conseguem ou optam por não dar nenhum tipo de suporte sobre a sexualidade dos/as seus/a filhos/as, e que a escola é um local importante e necessário para dar esse suporte. Isso porque muitas famílias temem usar termos inadequados ou chulos ou, ainda, falar mais do que a criança gostaria ou precisaria ouvir em determinada circunstância. Não percebem, a priori, que também se educa pelo silenciamento, através de gestos, palavras ou comportamentos. Nessa direção, os PCNs ratificam que:

Na prática, toda família realiza a educação sexual de suas crianças e jovens, mesmo aquelas que nunca falam abertamente sobre isso. O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de “cuidados” recomendados, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem, são carregados dos valores associados à sexualidade que a criança e o adolescente apreendem. (BRASIL, 1997, p. 291)

Os 15 familiares que apontam como inadequada (28,8%) a abordagem do tema na Educação Infantil, apresentam como justificativa a inocência das crianças e que, na Educação Infantil, as crianças são ainda muito novas para ouvirem/falarem sobre esse assunto, que deve ser apresentado mais tarde e, de preferência, em casa, pelos pais, como está escrito em algumas respostas. Destaco aqui duas que exemplificam essa colocação:

Acredito que em escola se ensina português, matemática... O resto, cabe aos pais ensinar, cada um da sua forma.

Não, pois já vi muitos relatos que descobriram abusos depois das abordagens. [Não considero adequada a abordagem].

A primeira frase deu origem ao título do meu trabalho de conclusão. Ela representa o que muitas pessoas pensam quando se fala em sexualidade na escola, e em especial na Educação Infantil. Escolhi essa frase para utilizar como título, pois dentre as respostas que recebi julgando ser inadequada a abordagem, nenhuma delas explicava o motivo em si do porquê não acharem adequado. Foi com esta frase, que representa uma visão muito conservadora de escola, em que os conteúdos são mais valorizados que as vivências, que pude compreender um pouco mais do que pensam os familiares.

Mesmo que a maioria concorde com a abordagem, ainda foi obtido um número significativo de respostas que visualiza a temática como inadequada. Foi uma destas respostas (a citada acima) que me instigou a desmistificar a ideia de sexualidade e de Educação Sexual vista pelo senso comum. Com este trabalho, apresentei visões amplas sobre a temática e trouxe uma ideia diferente de escola do que a apresentada na frase acima.

A partir da segunda frase negativa, quero propor as seguintes reflexões: quando discorro sobre a importância da Educação Sexual contemplada no currículo escolar, de forma transdisciplinar, um dos objetivos é justamente que as crianças compreendam e identifiquem o que é correto e o que é incorreto com relação ao seu próprio corpo, tornando-se menos vulneráveis a abusos sexuais, por exemplo. Uma criança capaz de identificar ou evitar um abuso, após compreender, via currículo escolar, o que isso significa, se configura no resultado de um trabalho bem-sucedido dentro de sala de aula. Esse processo é o oposto do que pensa o familiar que escreveu a segunda frase, em que não considera adequada a abordagem da Educação Sexual na escola, pois a partir dela, já foram descobertos muitos abusos.

Destaco quatro manchetes atuais que exemplificam as situações de violência sexual a que estão expostas as crianças em nossa sociedade:

- *“Maioria dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre em casa; notificações aumentaram 83%” (COELHO, 2018, documento eletrônico)*
- *“Menina denuncia padrasto por estupro após palestra sobre violência sexual, no ES” (RODRIGUES, 2018, documento eletrônico).*
- *“Após aula de educação sexual, garota denuncia avô abusador aos professores” (OTTO, 2017, documento eletrônico).*

Por fim, para concluir a reflexão gerada pela pergunta “Você considera adequada ou inadequada a abordagem do tema na Educação Infantil? Por quê?”, apresento uma charge de Cecília Ramos (CARTUMANTE, 2019) e também, os diversos questionamentos de Britzman (2000), que servem como provocações para que as educadoras e os familiares reflitam sobre o tema em questão.

EDUCAÇÃO SEXUAL INFANTIL

COMO ACHAM QUE É:



COMO REALMENTE É:



Figura 7: Charge “Educação Sexual Infantil” de Cecília Ramos, 2019.

O que acontece com a sexualidade quando professoras e professores que trabalham no currículo da escola começam a discutir seus significados? Será que a sexualidade muda a maneira como a professora e o professor devem ensinar? Ou será que a sexualidade deveria ser ensinada exatamente da mesma forma que qualquer outra matéria? Quando os professores pensam sobre a sexualidade, o que é que eles pensam? Que tipo de conhecimento poderia ser útil para seu pensamento? Existe uma posição particular que se deveria assumir quando se trabalha com o conhecimento da sexualidade? Quais são as relações entre nosso conteúdo pedagógico e as interações que temos com os alunos e as alunas? (BRITZMAN, 2000, p. 61).

Observadas as respostas da pergunta “O que você espera que seja desenvolvido sobre o tema da sexualidade com as crianças nas escolas da Educação Infantil?”, realizada aos familiares, foi possível apontar que a maioria defende que a Educação Sexual seja abordada na instituição escolar. Além disso, foi possível tentar compreender de qual maneira as famílias esperam que seja abordada essa temática em sala de aula.

As respostas obtidas também compõem a intersecção das três dimensões ilustradas na Figura 6 deste trabalho. As respostas mais citadas sobre os assuntos esperados a serem desenvolvidos na Educação Infantil pelos familiares são: respeito ao corpo, prevenção de abusos sexuais, desenvolvimento do corpo, higiene e cuidado das genitálias, diferenças entre corpos masculinos e femininos.

Dito isso, é possível observar que as respostas dos familiares se compõem de aspectos puramente biológicos. As pessoas pensam em ensinar as crianças a se prevenir de um abuso, mas não pensam em discutir o que é abuso, o que é violência, e por que as pessoas fazem isto com as outras. O foco é no cuidar de si e não questionar a ordem vigente, não há uma proposta educativa no sentido de problematizar estes comportamentos, a fim de que os abusadores parem de cometer abuso, mas sim de que a criança evite sofrer um abuso. A responsabilidade acaba recaindo novamente sobre a vítima.

Sobre a *prevenção de abusos*, muito citada por meus respondentes, é garantido pelas DCNEIs que na proposta pedagógica as escolas de Educação infantil devam assegurar

A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes (BRASIL, 2010, p 21).

Foi perguntado as educadoras “De que modo você acha que o tema deveria ser abordado na Educação Infantil?” para que conseguisse aqui, nesta análise, verificar se as profissionais saberiam criar propostas pedagógicas que contemplassem os assuntos sugeridos pelos familiares. As profissionais conseguiram, praticamente em consenso, responder essa pergunta. As educadoras relataram que a melhor maneira de abordar a temática é pelo lúdico, envolvendo conversas, brincadeiras, músicas, desenhos e leituras de livros literários.

Destaco duas respostas que apresentam uma maior argumentação:

Leitura de diversos livros com o tema sexualidade e o corpo. Rodas de conversa, escuta atenta com o que os alunos trazem para a conversa. Retomada da leitura e dos assuntos conforme situações forem surgindo (como brinquedo de menina/menino, gays e lésbicas, mãe de alguém está grávida etc.), conversar com naturalidade e mostrar que não há tabu em lidar com o próprio corpo. Acho também que uma conversa com os pais para que eles estejam cientes e saibam a importância, para que a criança não chegue em casa falando sobre e seja mal interpretada por uma educação caseira comumente conservadora, evitando problemas para a professora.

No dia a dia, as crianças devem estar em um ambiente que se sintam seguras a exporem suas dúvidas e questionamentos. Conforme forem surgindo situações, a professora deve explorá-las de forma natural, com respostas claras e objetivas. Atividades que envolvam as diferenças e preconceitos de gênero e sexualidade (cores, brinquedos, rótulos, relacionamentos), conhecimento das partes do corpo, reprodução, limites do seu corpo e do outro são exemplos. Na verdade, em todas as atividades, a sexualidade está presente e deve ser abordada.

Realizando uma intersecção entre as respostas dos familiares com as respostas das profissionais, acredito que esses dois públicos, de certa forma, acabam por ter respostas semelhantes. A principal estratégia pedagógica apresentada é criar uma proposta lúdica para explorar a sexualidade de maneira transversal. Esta estratégia, acredito ser a maneira mais adequada para conduzir a temática da Educação Sexual dentro da Educação Infantil com crianças pequenas. Segundo Santos (2009):

É imprescindível que professores e professoras, como sujeitos epistêmicos, criem uma prática de leitura e de aprofundamento dos conhecimentos e da discussão crítica com seus pares se, realmente, pretendem transformações na prática social dos seus alunos e alunas e na sua própria para uma sociedade menos desigual (SANTOS, 2009, p. 63).

Quando perguntado a essas profissionais da educação quais seriam as possíveis dificuldades do trabalho pedagógico com relação à temática, alguns fatores foram citados, como a falta de apoio da coordenação pedagógica da escola, a dificuldade de se lidar com a sexualidade e até mesmo o preconceito. Porém, o número de respostas em que a família seria a maior dessas dificuldades foi excessivamente maior.

Analisando as respostas anteriores relacionadas às dificuldades da abordagem da temática por parte das profissionais, com as respostas da próxima pergunta realizada aos familiares, elas acabam se contradizendo. Realizei a pergunta aos familiares responsáveis: “A escola que seu/a filho/a frequenta/ou fez/faz a abordagem do tema? Você, como responsável, concorda com a escola?”. 73,9% das respostas foram que as escolas não fazem a abordagem, 19,6% fazem a abordagem e 6,5% não sabem se a abordagem é realizada. Ainda, complementando as respostas, para as escolas que não abordam a Educação Sexual em seu currículo, 60% dos familiares não concordam que não seja realizada a abordagem e 40% dos responsáveis concordam que o tema não seja abordado.

Com essas respostas, pode-se perceber um aspecto interessante sobre a relação dos familiares com a escola dos filhos. Há um número significativamente maior de escolas que não fazem a abordagem. Porém, dentro dessa realidade, há uma maioria de familiares que acredita ser positiva a realização desse trabalho, fato que não entra em concordância com o aquilo dito pelas profissionais — que a maior dificuldade do trabalho pedagógico para com a Educação Sexual, seria justamente os familiares, mas como vimos nas respostas da pergunta anterior, os familiares querem, sim, que a temática esteja presente na escola.

Parece que há um conflito de posicionamento e uma certa oposição entre educadoras e familiares. Desse modo, ambos se eximem de orientar, responder as dúvidas ou, até mesmo, conversar sobre o tema da sexualidade com as crianças pequenas. De um lado, a escola justifica que não desenvolve a proposta porque as famílias resistem. De outro, as famílias dizem que o ideal seria que este trabalho fosse desenvolvido na escola, mas que essa não faz. No século passado, os PCNs já apresentavam este descompasso entre família e escola, afirmando que:

Antes, acreditava-se que as famílias apresentavam resistência à abordagem dessas questões no âmbito escolar, mas atualmente, sabe-se que os pais reivindicam a orientação sexual nas escolas, pois reconhecem não só a sua importância para crianças e jovens, como também a dificuldade de falar abertamente sobre o assunto em casa (BRASIL, 1997, p. 291).

Possivelmente, a tentativa das profissionais de “culpar” as famílias como uma justificativa da dificuldade do trabalho pedagógico, seja uma dificuldade ou não interesse da própria instituição escolar que não consegue contemplar, em seus conteúdos programáticos, a temática.

Refletindo sobre essa situação, considerando que 24 das 46 profissionais entrevistadas responderam que já se depararam com dúvidas das crianças que não souberem responder, por sentirem que não estavam preparados para isto, e considerando ainda que, segundo o documento oficial *Crítérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*, “Não reprimimos a curiosidade sexual das crianças” (BRASIL, 2009, p. 21), a não resposta seria, de certa forma, como uma repreensão para a criança. Segundo PCNs (1997):

Os professores precisam se mostrar disponíveis para conversar a respeito dos temas propostos e abordar as questões de forma direta e esclarecedora, exceção feita às informações que se refiram à intimidade do educador. Informações corretas do ponto de vista científico ou esclarecimentos sobre as questões trazidas pelos alunos são fundamentais para seu bem-estar e tranquilidade, para uma maior consciência de seu próprio corpo, elevação de sua autoestima (BRASIL, 1997, p. 302).

Considerando que essas profissionais responderam no questionário que, em sua maioria, estudaram a temática da Educação Sexual na Educação Infantil durante sua formação, não foi possível considerar esse estudo como suficiente para responder as dúvidas de crianças de 0 a 6 anos, tendo em vista que mais da metade das educadoras responderam que já se depararam com dúvidas para as quais não estavam aptos a solucionar.

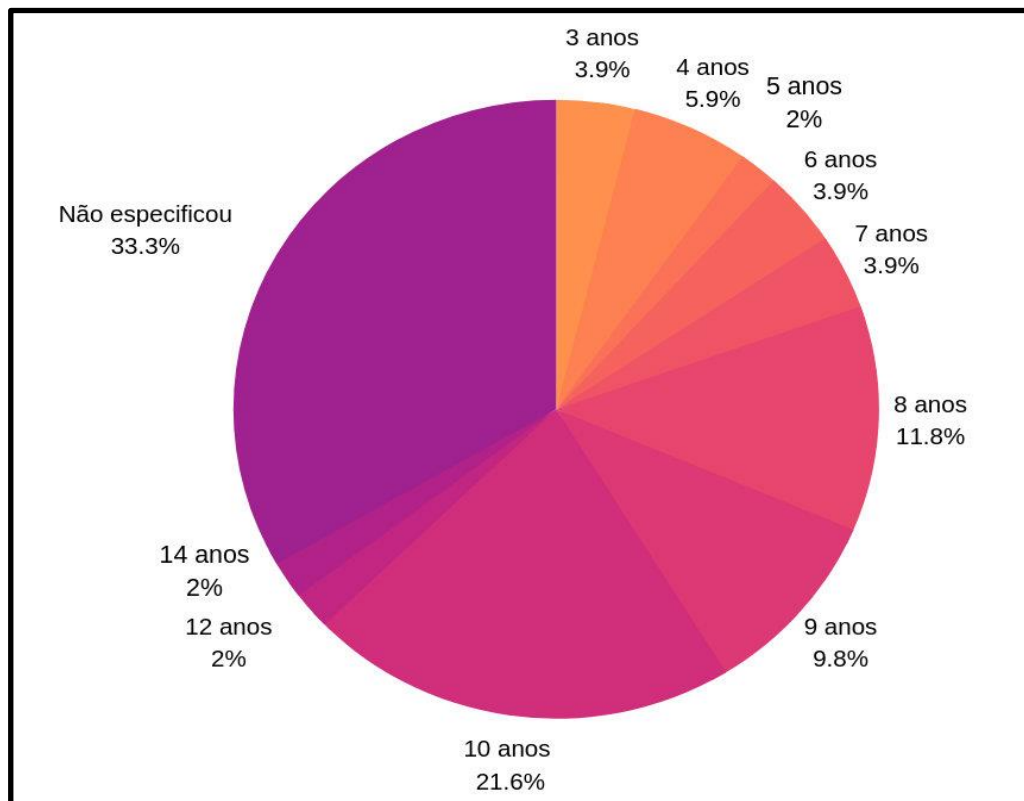
Com isso, é possível refletir sobre a carga social e cultural, os preconceitos e todos os receios que são depositados sobre o tema, que o transformam em um tabu até mesmo entre adultos. Isso faz com que as pessoas não conversem sobre sexualidade nem mesmo em ambientes informais, com amigos. É esperado, então, que também não seja conversado com crianças na escola.

A sexualidade é vista como algo pessoal, íntimo e que não deve ser explanado. As pessoas que se encorajam a falar sobre a temática são vistas, muitas vezes, com maus olhos pela sociedade.

Considerando todas as informações que foram construídas ao longo dessa análise, ratifico que as profissionais da educação e os familiares das crianças concordam que a temática da Educação Sexual seja abordada na escola e possuem uma visão sobre o tema que parte do senso comum, em um aspecto biológico. Isso, muitas vezes, acaba por delimitar o conceito que utilizo neste trabalho.

Foi perguntando aos familiares das crianças: “Qual a idade que você julga ser a mais adequada para que o tema da sexualidade seja abordado em sala de aula? Por quê?”. Foi construído o seguinte gráfico para ilustrar as respostas:

Gráfico 4 - “Qual a idade que você julga ser a mais adequada para que o tema da sexualidade seja abordado em sala de aula? Por quê?”



Considerando que a maioria dos entrevistados optou por responder que a idade adequada seria entre 8 e 10 anos de idade, significa que os familiares pensam que sim, é adequado abordar a temática da sexualidade, porém não na Educação Infantil. Isso contradiz uma das perguntas realizadas anteriormente, em que a maioria dos familiares considera adequada a abordagem na Educação infantil. As justificativas foram muito semelhantes às de perguntas anteriores, em que foi destacada a inocência das crianças, e que com a idade maior, elas estariam mais maduras para compreender o assunto.

Até certo ponto, é compreensível alguns familiares associarem diretamente a Educação Sexual como algo inapropriado, ou apropriado somente para crianças que estão na metade do Ensino Fundamental. Como já foi citado neste trabalho, a relação que se faz com a sexualidade é a de ato sexual, a associação da sexualidade a algo libidinoso, com sensualidade, relações afetivas e erotizadas, e não com sua ampla abordagem, que faz dela um componente central da experiência humana.

Para além de julgar esses atos individualmente, é preciso pensar que há uma produção social que continua legitimando diferentes formas de discriminação, preconceito e violência, essas operações são, muitas vezes, invisibilizados e até mesmo naturalizados nos diversos contextos sociais (BALESTRIN, 2017 p. 19).

Em consonância com os documentos pesquisados no capítulo 4 deste trabalho, é de suma importância ressaltar que alguns deles, de forma indireta (categorizo como documentos que possuem brechas para tornar a temática da Educação Sexual possível na escola), e outros de forma mais direta, apresentam bases teóricas que podem ser utilizadas como referenciais para as práticas pedagógicas que envolvem a sexualidade, garantindo legalmente a temática dentro do ambiente escolar. Entre os documentos pesquisados, os que apresentam foco um pouco mais voltado à temática da sexualidade na Educação Infantil são os “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças” e os “Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil Volumes 1 e 2”. Especialmente no que se refere a estes três princípios:

- Não reprimimos a curiosidade sexual das crianças (BRASIL, 2009, p. 21).
- Não reprimimos a curiosidade das crianças pelo seu corpo (BRASIL, 2009, p. 21).
- Professoras, professores, gestoras e gestores desenvolvem atitudes mútuas e em relação às crianças e aos seus familiares de respeito à diversidade e orientam contra discriminação de gênero, etnia, opção religiosa, de indivíduos com necessidades educacionais especiais ou diante de composições familiares diversas e estilos de vida diversificados (BRASIL, 2014, p. 33).

Destaco também o documento “Educação Infantil do campo: Proposta para a expansão da política (2014)”, que faz uma abordagem bem significativa no âmbito da sexualidade, porém é um documento específico da Educação do Campo.

Concordo com Balestrin quando afirma que o Projeto Político Pedagógico das escolas deveria garantir que a temática da sexualidade fosse pauta do currículo.

Para além das legislações vigentes, é preciso que cada escola Garanta, em seus PPP's (Projetos Políticos Pedagógicos), a construção de espaços de discussões e ações pedagógicas comprometidas com temas relacionados à diversidade de gênero e de sexualidade. (BALESTRIN, 2017 p. 13)

Essa garantia deveria atravessar o currículo (cotidianamente), intervindo não só nas práticas pedagógicas intencionalmente planejadas e voltadas para o desenvolvimento da temática, mas também nos constituindo, nossos modos de pensar, de agir, de fazer e de solucionar certas situações que se colocam a nós, professores/as, no dia a dia de uma sala. Ou seja, que professoras e professores possam ter a liberdade de ensinar sobre sexualidade, gênero, diferença, respeito, dentre outros temas considerados difíceis ou problemáticos, todos os dias, através de comportamentos e atitudes consistentes, comprometidos e teoricamente embasados. Como diz a autora:

[...] o currículo é concebido como o conjunto de práticas, saberes, Sensações, concepções, percepções, representação que são partilhados e/ou vivenciadas num determinado espaço e tempo que nos ensinam modos de ser, de fazer, de aprender, de se relacionar (BALESTRIN, 2017, p. 13).

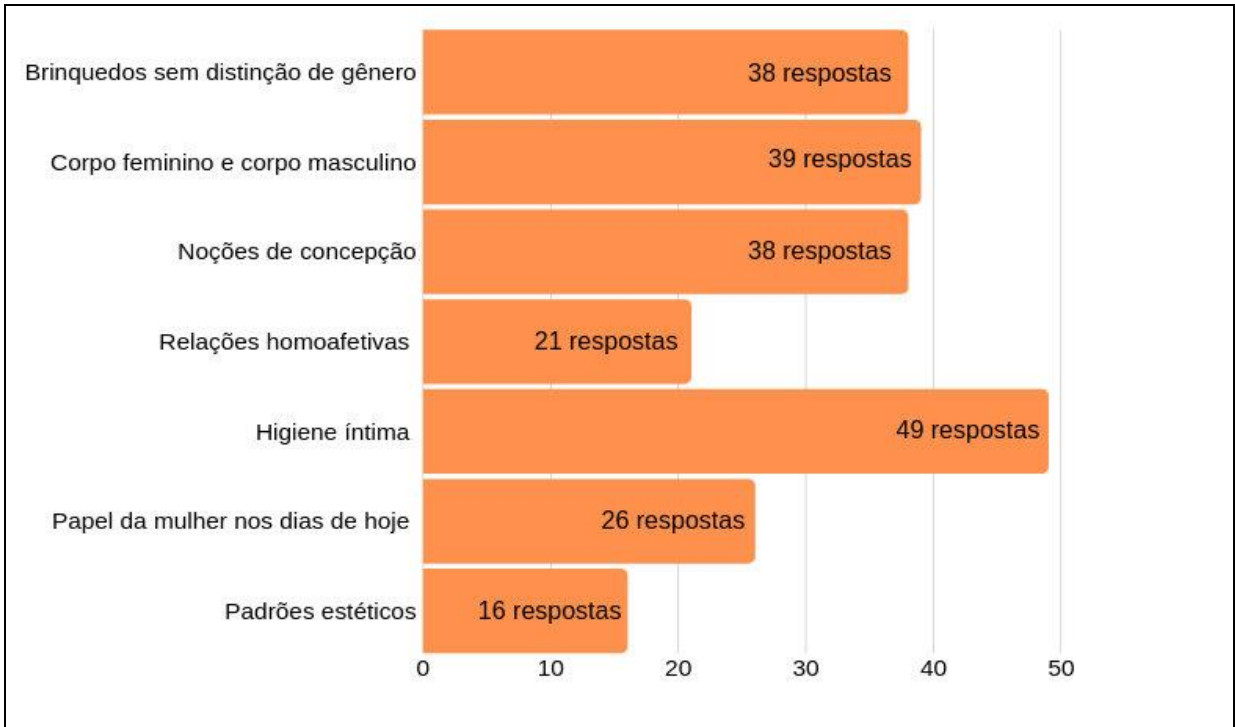
Portanto, precisa-se entender que não são todos os temas componentes da Educação Sexual que precisam, necessariamente, ser abordados na Educação Infantil com crianças pequenas. A prioridade é nunca silenciar as perguntas das crianças, respeitar seus questionamentos e responder da forma mais adequada possível para cada faixa etária, valorizando sempre a escola como um espaço plural para tal discussão. De acordo com Santos (2009):

[...] a escola é um espaço-tempo dinâmico e heterogêneo singular para a discussão crítica do conhecimento e constituído por sujeitos sexuados e de cujas manifestações da sexualidade são indissociáveis, é imprescindível que se trate pedagogicamente as questões referentes a esse assunto também neste espaço-tempo. (SANTOS, 2009, p. 60)

Foi solicitado no questionário que profissionais e familiares marcassem os temas que consideram apropriados para serem trabalhados na Educação Infantil. Para ilustrar os

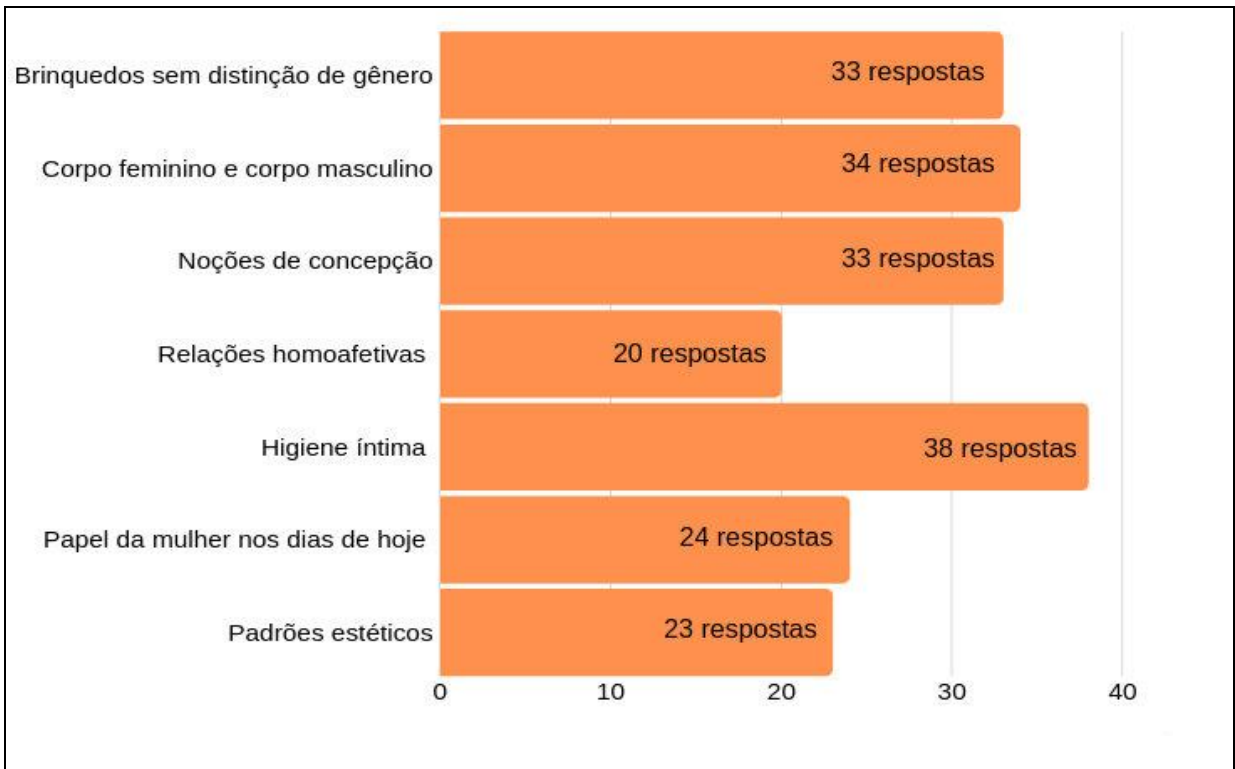
resultados, foram construídos dois gráficos e posicionados um abaixo do outro para melhor visualização e comparação.

Gráfico 5 - Temas adequados a serem desenvolvidos na Educação Infantil - Familiares



Fonte: Autora deste TCC, 2019.

Gráfico 6- Temas adequados a serem desenvolvidos na Educação Infantil - Profissionais



Fonte: Autora deste TCC, 2019.

5.1.1 Brinquedos sem distinção de gênero

Começo a reflexão com o tema “Brinquedos sem distinção de gênero”, que obteve muitos adeptos em ambos os questionários que acreditam ser um assunto apropriado a ser desenvolvido na Educação Infantil.

Em agosto de 2017, uma menina de 5 anos postou um vídeo em seu canal no *Youtube*, intitulado “BRINQUEDOS | MEU NOME É LIV”, que foi divulgado na sua página no *Facebook*. A menina relata, em 6:32 minutos de vídeo, que gosta muito de brincar com brincadeiras que são nomeadas como “de menino” e questiona o público sobre que tipo de “problemas” isso teria. O vídeo soma mais de 5,1 milhões de visualizações no *Facebook* e diversos compartilhamentos na rede, se tornando um grande sucesso.

Compreendendo que as crianças são as pessoas que se apropriam do brincar, é muito importante possibilitar esse espaço de fala e respeitar o principal público-alvo atingido com esses estereótipos criados a partir dos brinquedos pela sociedade.

Utilizo o conceito de gênero por LOURO (1997):

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos (LOURO, 1997, p. 21).

Culturalmente, está enraizado em nossa sociedade, independentemente de idade, as divisões sociais por gênero, determinando o que é adequado para meninos e meninas. Essa divisão se faz presente nos mais diversos aspectos culturais da sociedade, nos modos de vestir, nos materiais escolares, nos modos de sentar, de falar, nos brinquedos etc. Essas construções culturais de gênero se alimentam por relações desiguais em nossa sociedade, quase sempre colocando a mulher em posição inferior em relação aos homens, tanto nos aspectos pessoais, profissionais e sociais, e aos homens, atribuindo uma carga muito pesada para dar conta desse lugar social que lhe foi atribuído pela sociedade, como provedor único da família, por exemplo.

Por muitas décadas, acreditou-se que a mulher nascia com um dom para a maternidade. Por isso, desde cedo, as meninas ganhavam (e ainda ganham) de presentes bonecas, panelas e comidinhas que reforçam este estereótipo de mulher que predomina na sociedade — a de uma mulher que é mãe e dona de casa. Meninos ganhavam (e ainda ganham) carrinhos, bonecos de super-heróis e bolas, brinquedos que incentivam o esporte, a imaginação e a independência. Essas representações colocam sobre homens e mulheres um ônus limitado e pesado que nem sempre condiz com os desejos individuais.

Por isso importa, neste trabalho, considerar gênero como uma construção social. De acordo com Louro (1995),

[...] gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc. são “genericadas”, ou seja, expressam as relações sociais de gênero). Em todas essas afirmações está presente, sem dúvida, a ideia de formação, socialização ou educação dos sujeitos. (LOURO, 1995, p.103)

As brincadeiras são pré-determinada pela cultura. Pais que realizam as tarefas domésticas, por exemplo, de forma equiparada com as mães, criam filhos que enxergam que cuidar da casa é algo de responsabilidade de ambos. Furlani (2009) corrobora com essa ideia, ao afirmar: “Meninos e meninas devem/ podem ter os mesmos brinquedos — brincar de carrinho ou de casinha, assim como com qualquer outro tipo de brinquedo, não será determinante da orientação sexual da criança ou jovem” (FURLANI, 2009, p. 46).

Seguindo o mesmo pensamento de Furlani (2009), o documento *Crerios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças* afirma que “As meninas também participam de jogos que desenvolvem os movimentos amplos: correr, jogar, pular” (BRASIL. 2009, p 14); e “Nossos meninos e meninas têm oportunidade de jogar bola, inclusive futebol” (BRASIL. 2009, p. 23), para mostrar que brincadeiras e jogos estereotipados como masculinos não devem ser praticados somente por eles. Para além disso, atividades estereotipadamente femininas, como brincar de boneca e brincar de casinha, ensinam e simulam tarefas que devem ser partilhadas por homens e mulheres na vida adulta.

Conclui-se que de 99 respostas no total, 71 delas concordam na abordagem do tema de brinquedos sem distinção de gênero na Educação Infantil. A escola deve romper com a classificação de brinquedos por gênero e possibilitar, de modo igualitário, que os brinquedos sejam explorados por todas as crianças da escola, sem qualquer distinção, e deve também compreender gênero como “constituente da identidade dos sujeitos” (LOURO, 1997, p. 24).

5.1.2 Corpo Feminino e Corpo Masculino

A questão de “Corpo” foi muito citada nas respostas do questionário como sendo até mesmo um assunto principal da Educação Sexual, tanto pelos familiares, quanto pelas profissionais da educação. Segundo Balestrin (2017, p. 16):

O corpo é significado de distintas maneiras nos diversos períodos da história e nas diferentes culturas. Quando falamos em corpo, em geral, pensamos no corpo físico, na fisiologia do corpo, na biologia do corpo, mas podemos pensar que o corpo é mais do que uma superfície onde a cultura irá atuar e se inscrever. Entendemos o corpo como um campo de forças, intervenções, disciplinas e que adquire significado dentro de uma cultura, a partir de uma linguagem que o nomeia, dissecar-o, torna-o inteligível (BALESTRIN, 2017, p. 16).

É necessário, principalmente, que as profissionais da educação tenham uma visão para além da biologização também em relação ao corpo. É preciso compreendê-lo como algo que está em um constante processo, que estará sempre em desenvolvimento perante a cultura. É preciso se apropriar das palavras de Chimamanda Adichie: “[...] nunca associe sexualidade e vergonha. Ou nudez e vergonha” (ADICHIE, 2017, p. 68), para poder abordar a temática de corpo dentro de uma sala de aula.

Uma grande quantidade de escolas de Educação Infantil criam projetos sobre corpo humano para ser desenvolvido com as crianças. Há diversos livros de literatura e músicas infantis que exploram a temática do corpo, o que é bem positivo. O que se torna questionável é o modo como o assunto é explorado pelos/as professores/as com as crianças. Algumas vezes, são apresentadas figuras como esta a seguir (Fig. 8), que expressam um modelo padrão de corpo, sem diferenciação de sexo masculino e sexo feminino. Demonstra os membros superiores e inferiores, porém evita-se ilustrar as genitálias às crianças, como se não fizessem parte do corpo ou como se as crianças não soubessem que elas existem.



Figura 8 - Pesquisa “Corpo na Educação Infantil” no Google Imagens.

Segundo Louro (2004), “A afirmação ‘é um menino’ ou ‘é uma menina’ inaugura um processo de masculinização ou de feminização com o qual o sujeito se compromete” (LOURO, 2004, p. 15). Essa padronização instituída em nossa sociedade relativa a comportamentos masculinos e femininos, vindo conseqüentemente de homens e mulheres, nesta mesma ordem, reforça diariamente o estereótipo de que mulheres precisam seguir determinadas obrigações e homens outras, mesmo porque, segundo Balestrin (2017), “[...] existem muitas formas de viver a masculinidade e a feminilidade” (BALESTRIN, 2017 p. 17).

Assim, mesmo que não se fale muito sobre sexualidade nas escolas — como foi confirmado neste questionário —, as crianças acabam por menosprezar o diferente, o que foge das regras. Mesmo sem compreenderem o que são comportamentos femininos e masculinos, aprendem a criticar negativamente quem não os “obedece”, ou seja, quem foge ao padrão do que a sociedade espera que seja masculino e feminino, como demonstra Louro (2000, p. 19):

Meninos e meninas aprendem, também desde muito cedo, piadas e gozações, apelidos e gestos para dirigirem àqueles e àquelas que não se ajustam aos padrões de gênero e de sexualidade admitidos na cultura em que vivem (LOURO, 2000, p. 19).

Os PCNs afirmam, há 22 anos, que a escola precisa fazer com que o aluno conclua o Ensino Fundamental de forma a ter aprendido a “reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas” e a “identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes e analisando criticamente os estereótipos” (BRASIL, 1997, p. 311). Minha reflexão inicia questionando essas aprendizagens condizentes com o respeito à sexualidade: será que elas não podem ser discutidas muito antes na educação infantil? Será mesmo que este processo precisa iniciar somente nos anos iniciais até a conclusão do Ensino Fundamental?

A Educação Sexual se constrói a partir de dois momentos. Ela não se garante apenas quando o/a professor/a fala de corpo na aula, utilizando o projeto que desenvolveu. Ela

depende, principalmente, da vivência que será proporcionada. A criança precisa compreender seu corpo, conhecer todas as partes que o compõe para, a partir desse conhecimento, poder cuidá-lo e respeitá-lo.

5.1.3 Noções de Concepção

Existem inúmeras histórias que os responsáveis inventam ou recontam aos filhos envolvendo a as questões de concepção e de nascimento. Flores, repolhos, sementes, melancias, abóboras, e fadas compõem essas histórias de ficção que são contadas para adiar o momento de as crianças saberem realmente como foram concebidas.

Partindo do princípio que a escola deve abranger um leque de possibilidades sobre o que ensina, ela não pode limitar-se a histórias que neguem a realidade. É garantido, pelo documento oficial *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*, que “Não reprimimos a curiosidade sexual das crianças” (BRASIL, 2009, p. 21). Não reprimir significa não ocultar, suster, sobretudo não estimular inverdades.

Uma das justificativas pelas quais resolvi escrever meu trabalho de conclusão com esta temática foi justamente por vivenciar muitas crianças com dúvidas sobre concepção na Educação Infantil que não eram respondidas. “De onde vêm os bebês?”, “Como fui parar na barriga da minha mãe?” — são perguntas de cunho biológico que compõem a Educação Sexual e que são muito comuns de se ouvir nas escolas.

O grande embate dessas perguntas é que elas envolvem, por fim, o ato sexual. Os familiares e professores/as se privam de responder essas perguntas por estarem sempre em busca da idade correta para que as crianças estejam maduras suficientemente (do ponto de vista etário) para compreenderem a concepção e o nascimento. O fato é que as curiosidades das crianças são mais atizadas quando percebem que os adultos não estão dispostos a saná-las. A não resposta é acompanhada de mais vontade de descobrir as explicações de seus questionamentos. Cabe ao/a professor/a e à família irem dosando o tema para que as explicações dadas sejam condizentes com a idade de cada criança. Elas precisam de respostas somente para o que estão desejando saber, nada além disso.

5.1.4 Relações Homoafetivas

Muitas escolas começaram a investir nas “festas da família” nos últimos anos. Elas substituem as tradicionais comemorações de dia dos pais e de dia das mães. Essa substituição

acontece por diversos motivos: há muitas crianças que não são criadas pelo pai, que não o conhecem, ou então que têm algum dos pais (mãe ou pai) falecidos, ou até mesmo há crianças que são criadas por um casal gay.

Casais homoafetivos no Brasil ainda enfrentam muitos preconceitos da sociedade. Se esse casal possui filhos, o preconceito ainda é maior. Segundo uma notícia no site UOL, o “Brasil registra uma morte por homofobia a cada 16 horas, aponta relatório” (SOBRINHO, 2019, documento eletrônico).

As pessoas julgam por não conhecerem ou mesmo por estranharem essa formação familiar. Mesmo que reportagens como esta: “Filhos de pais gays crescem tão bem quanto os de casais heterossexuais - Estudo científico analisou quase 400 casais com filhos e traçou suas condições psicológicas” (AGRELA, 2008, documento eletrônico) sejam realizadas, o preconceito imposto pela sociedade é grande o suficiente para não serem levadas em consideração.

Preconceitos acabam sendo reforçados pela mídia. Famílias formadas por casais gays não são apresentadas no mundo televisivo, por exemplo, o que estimula a ideia de uma família tradicional formada por mãe, pai e filhos. Sobre a homossexualidade, Balestrin (2017) apresenta reflexões importantes a serem feitas pelas profissionais da educação.

Quando um sujeito foge a essa norma, ele é tido como desviante, anormal, doente, incompleto, imaturo. Investigar como essas normas têm produzido e/ou impedido determinados modos de ser, viver, sentir e desejar é um dos nossos maiores desafios. Desnaturalizar aquilo que é considerado natural e imutável e questionar o que é tido como óbvio pode ser mais um passo nessa investigação e luta (BALESTRIN, 2017, p. 18).

As profissionais que trabalham nas escolas precisam ter o cuidado de perceber que os preconceitos contra a diversidade estão impostos na cultura, e na sociedade, elas precisam, enquanto profissionais, desmistificar esses estereótipos para que as crianças não aceitem como certo estes preconceitos e julgamentos que a sociedade carrega. A instituição escolar precisa ser um espaço livre de discriminações e que deve demonstrar o fato de que a diversidade existe e precisa de respeito como qualquer outra pessoa.

5.1.5 Higiene Íntima

O tema da “higiene íntima” obteve, dentre todas as opções de tema, o maior número de adeptos em ambos os questionários. Conclui-se, então, que tanto os familiares quanto as profissionais acreditam ser um assunto apropriado a ser desenvolvido na Educação Infantil.

O documento *Crítérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças* possui uma seção completa sobre os direitos da criança à saúde e à higiene. Estes são alguns dos critérios que compõem a seção:

- Nossas crianças têm direito de manter seu corpo, cuidado, limpo e saudável;
- Nossas crianças aprendem a cuidar de si próprias e assumir responsabilidades em relação à sua higiene e saúde;
- Nossas crianças têm direito a banheiros limpos e em bom funcionamento;
- Nossas crianças têm direito à prevenção de contágios e doenças;
- Sempre que necessário encaminhamos as crianças ao atendimento de saúde disponível ou orientamos as famílias para fazê-lo;
- O cuidado com a higiene não impede a criança de brincar e se divertir;
- Damos o exemplo para as crianças, cuidando de nossa aparência e nossa higiene pessoal (BRASIL, 2009, p. 19).

Esses critérios são essenciais para garantir legalmente que a escola também seja um lugar potente para aprender sobre cuidados de higiene com o corpo. Com propostas lúdicas envolvendo leituras, músicas e brincadeiras — e, principalmente, pelo exemplo das educadoras —, é preciso que se criem hábitos de higiene pessoal diários na escola.

É preciso, mais do que falar o que deve ser feito, explicar às crianças, por exemplo, quais são os benefícios de se tomar banho diariamente. Mesmo que adultos responsáveis as acompanhem nos banhos, elas devem compreender que os corpos do sexo masculino e do sexo feminino são diferentes, e que cada um deles precisa de cuidados específicos, especialmente nas genitálias.

Meninos devem saber cuidar de seus pênis, tanto no banho quando na limpeza após urinar. Em crianças pequenas, é preciso que eles compreendam os cuidados necessários com o prepúcio e a glândula. Meninas e meninos devem saber também que após urinar, defecar ou na higiene do banho, a limpeza das partes íntimas deve sempre ser realizada na direção dos órgãos genitais ao ânus.

Ao se ler essas afirmações, pode-se pensar que tais aprendizagens devem ser realizadas em casa com os familiares. Porém, o ideal seria que houvesse um trabalho em conjunto da escola com a casa das crianças, visto que muitas delas passam entre 10 e 12 horas diárias no ambiente escolar.

O que a escola não pode esperar é que somente a família auxilie as crianças com sua higienização. As crianças urinam e defecam todos os dias nas escolas, e elas devem saber a

forma correta de se limpar, por exemplo, para que se tornem cada vez mais independentes, aprendendo as ações corretas.

5.1.6 Papel da Mulher nos dias de hoje

Início a reflexão desse tema com um questionamento de Chimamanda: “[...] quais são as coisas que as mulheres não podem fazer por serem mulheres? Essas coisas têm prestígio cultural? Se têm, por que só os homens podem fazê-las?” (ADICHIE, 2017, p. 37). Hoje, no século em que as mulheres possuem o direito de expressar livremente seus pensamentos, pode-se refletir sobre os papéis que são atribuídos a mulheres e homens, simplesmente por serem de determinados sexos.

Como já foi dito neste trabalho, o papel da mulher, ao longo dos anos, é uma construção social baseada na maternidade e no cuidado do lar. Foi nos anos 70, com o crescente número de indústrias no Brasil, que muitas mulheres ingressaram no mundo do trabalho, e com isso, iniciou-se a luta das mulheres por creches para seus filhos pequenos, mesmo que de cunho diretamente assistencialista.

Hoje, em 2019, ainda há muitos pensamentos machistas que fazem parte da nossa sociedade, que desaprovam o exercício de determinadas atividades por mulheres. Mas em 1997, os PCNs já estavam mostrando esta mudança dos papéis de gênero na sociedade:

O número de famílias chefiadas por mulheres cresceu significativamente no Brasil, indicando tanto os novos rumos sociais da mulher quanto a inviabilidade da manutenção de relações homem-mulher, montadas sobre vínculos pouco consistentes (BRASIL, 1997, p. 304).

A grande questão é que as mulheres hoje resistem, estão cada vez mais presentes na sociedade, ocupando cargos profissionais elevados, enfrentam uma jornada de trabalho externo igual e até mesmo maior do que dos homens, frequentam faculdades, visando à valorização do estudo. Hoje, a maternidade não é o foco principal de todas as mulheres. A resistência surge pelo fato de as mulheres exercerem estes papéis em sociedades que simplesmente não desejam que elas o façam. O machismo e o sexismo são barreiras existentes para que este caminho de sucesso das mulheres se torne cada vez mais difícil.

É preciso apresentar na escola visões que ultrapassem estas desigualdades de gênero, mostrar que as mulheres podem tanto quanto os homens e devem ser respeitadas de forma equiparada ao sexo masculino. É preciso, além de mostrar essa visão, exercer essa posição política dentro da escola.

Segundo o documento *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*, “Meninos e meninas têm os mesmos direitos e deveres” (BRASIL, 2009, p. 27). As profissionais devem tratar meninos e meninas da mesma maneira para que possa, na Educação Infantil, ser iniciada uma construção de sociedade que seja cada vez mais livre de discriminações de gênero.

5.1.7 “Padrões Estéticos”

Desse último questionamento criado no questionário, pode-se observar que a menor quantidade de respostas dada como apropriado a ser trabalhado na Educação Infantil foi relacionado a padrões estéticos, que obteve apenas 39 respostas positivas de um total de 99 respondentes.

Nos PCNs, desde 1997, consta a importância de esse tema ser discutido dentro da sala de aula (o documento se refere a Ensino Fundamental, e eu considero esse excerto como apropriado também para a Educação Infantil). Inclusive, consta como um dever do/a professor/a auxiliar os alunos a construir críticas e reflexões sobre os padrões estabelecidos pela mídia.

O questionamento da imposição de certos padrões de beleza veiculados pela mídia, principalmente a propaganda, faz-se pertinente na medida em que interfere na autoimagem e na autoestima das crianças e dos jovens. Trata-se de auxiliar os alunos a construir uma postura crítica ante os padrões de beleza idealizados como pessoas jovens, esbeltas ou musculosas, que não correspondem à realidade e estão a serviço do consumismo (BRASIL, 1997, p. 318).

Considera-se que no ano de 1997, uma das maiores fontes de informações da mídia era a televisão. Hoje, duas décadas à frente, temos como a principal referência midiática a internet que é de fácil acesso para todos, em computadores e *smartphones*. Esse estereótipo de “corpo perfeito”, criado há décadas, ainda é muito forte em consequência dessa construção social que se criou a partir de um padrão estético branco, jovem, magro, belo e heterossexual e que, principalmente, a busca por ele deve ser contínua, árdua e diária. Segundo Andrade (2002): “Algumas instâncias midiáticas e de consumo indicavam que o corpo era (assim como ainda hoje) o resultado de um trabalho pessoal, de investimento, de cuidado, de amor” (ANDRADE, 2002, p. 22).

O maior questionamento sobre este padrão que existe em nossa sociedade é que a grande maioria da população não se encaixa neles, a grande maioria foge deste padrão que é uma invenção social que prejudica a autoestima de muitas pessoas. Isso acontece porque é

este padrão (mesmo que inalcançável) que dita regras na publicidade, nas lojas de vestuário, e sobre o que é bonito (mesmo que este adjetivo seja subjetivo) para a sociedade.

De qualquer forma, investimos muito nos corpos. De acordo com as mais diversas imposições culturais, nós os construímos de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais, dos grupos a que pertencemos. As imposições de saúde, vigor, vitalidade, juventude, beleza, força são distintamente significadas, nas mais variadas culturas e são também, nas distintas culturas, diferentemente atribuídas aos corpos de homens ou de mulheres (LOURO, 2000, p. 8).

Em 2019, é possível reconhecer o avanço positivo de algumas marcas que investiram em sua publicidade trazendo à tona a diversidade corporal, diferentes modelos de corpos, diversos à cor, altura, peso, tipos de cabelo, dentre outras diferenciações possíveis. Mesmo que devagar, não se pode negar que esta caminhada da exposição de corpos reais começou — e eu espero, enquanto pedagoga, que esteja só iniciando.

É necessário reconhecer que existem corpos que são rejeitados e invisibilizados em nossa sociedade, e esses corpos muitas vezes chegam a habitar, por algum ou por muito tempo, nossas escolas. [...] Como temos lidado com as diferenças corporais no contexto escolar? Que linha é essa que separa corpos aceitáveis dos inaceitáveis? (BALESTRIN, 2017, p. 16).

Mesmo com esse pequeno avanço, é necessário reconhecer que o preconceito está enraizado na sociedade, e é preciso que a diversidade na escola não seja uma caminhada lenta como a da publicidade. Ela precisa ser uma corrida em busca do tempo perdido que se teve até hoje, em que muita autoestima foi destruída e acabou por incentivar muitas doenças em busca de um padrão de beleza irreal.

Pra concluir, é de suma importância refletir sobre o corpo que se modifica. Os anos passam e a força e a jovialidade, um dia, não vão mais se fazer presentes, como Louro (2000) descreve: “O corpo se altera com a passagem do tempo, com a doença, com mudanças de hábitos alimentares e de vida, com possibilidades distintas de prazer ou com novas formas de intervenção médica e tecnológica” (LOURO, 2000, p. 8).

6 CONSIDERAÇÕES & REFLEXÕES



Figura 9 – Ilustração de Stephan Schmitz.

“Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso” (LOURO, 1997, p. 57). É com essa afirmação de LOURO (1997) que inicio a conclusão deste trabalho. Tanto os familiares quanto as profissionais compreendem que o investimento em Educação Sexual na Educação Infantil é importante e trará, em longo prazo, um retorno positivo visando a uma sociedade menos preconceituosa, menos machista, menos sexista, menos homofóbica e mais reflexiva. Segundo os PCNs (1997):

Será por meio do diálogo, da reflexão e da possibilidade de reconstruir as informações, pautando-se sempre pelo respeito a si próprio e ao outro, que o aluno conseguirá transformar, ou reafirmar, concepções e princípios, construindo de maneira significativa seu próprio código de valores (BRASIL, 1997, p. 307).

Ao final deste estudo, retomo a problemática inicial deste TCC: “Qual a importância de falar sobre sexualidade na Educação Infantil?”. Após as análises dos resultados finais dos

questionários aplicados, foi concluído que é um tema de suma importância para com as crianças. O termo importante não está coadunado com o termo facilidade, muito pelo contrário, é preciso que a educadora saia de sua zona de conforto para ir aprimorar cada vez mais seu conhecimento. Como afirma Andrade (2017):

Na contemporaneidade, não basta a professores e professoras lidar somente com os saberes de suas áreas, saberes que permanecem os mesmos ao longo de sua trajetória profissional. Ser docente, hoje, está implicado com a disponibilidade de conhecer e buscar novas informações de trabalhar com a tecnologia e com a complexidade social e cultural em que nossos alunos/as (e todos nós) estão implicados/as (ANDRADE, 2017, p. 35).

Com este trabalho, foi possível perceber que os profissionais que visam trabalhar com crianças pequenas precisam integralmente ser um/a professor/a-pesquisador/a, precisam acompanhar o “ritmo” das dúvidas das crianças e estar sempre estudando para que sejam capazes de respondê-las. Foi possível também compreender que a ideia de sexualidade é muito mais abrangente do que se trabalhar com o corpo em um aspecto biológico. Ela envolve três grandes dimensões (Biológica, Psíquica e Sociocultural), que juntas representam a ideia de Educação Sexual.

Quanto à sexualidade e à Educação Sexual, ainda há muito a se pesquisar e muito a lutar para que essa temática esteja cada vez mais presente e mais clara nos documentos oficiais relacionados à Educação Infantil. O caminho é longo, mas a estrada compensa.

É dever de todas profissionais da educação lutar diariamente por um ensino de qualidade que busque sempre o melhor para as crianças que são atendidas pela Educação Infantil, para que ela nunca deixe de ser um espaço plural, acolhedor e transformador.

REFERÊNCIAS

ABDAL, A. Sobre regiões e desenvolvimento: o processo de desenvolvimento regional brasileiro no período 1999-2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 261. 2015.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para Educar Crianças Feministas**. 1º ed. São Paulo/SP: Editora Schwarcz S.A, 2017.

AGRELA, Lucas. **Filhos de pais gays crescem tão bem quanto os de casais heterossexuais**. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/ciencia/filhos-de-pais-gays-crescem-tao-bem-quanto-os-de-casais-heterossexuais/>> Acesso em: 22 de abr. 2019.

ALVARENGA, Luiz Fernando Calage; DAL'IGNA, Maria Cláudia. Corpo e sexualidade na escola: as possibilidades estão esgotadas? In: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. 2. ed, Porto Alegre: Mediação Editora, 2008.

ANDRADE, Sandra dos Santos. **“Uma Boa Forma de Ser Feliz”**: Representações de corpo feminino na revista Boa Forma. UFRGS, 2002. 139. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

ANDRADE, Sandra dos Santos. **Professor/a pesquisador/a: problematizando gênero e sexualidade na escola**. In: SILVEIRA, Catharina; FRIEDERICHS, Marta; SOARES, Rosângela; SILVA, Rosimeri Aquino da (Org.). Educação em Gênero e Diversidade. Porto Alegre, Brasil: Tomo Editorial, 2017.

ANSA. **‘Brasil não pode ser país do mundo gay’, diz Bolsonaro**, 2019. Disponível em: <<https://istoe.com.br/brasil-nao-pode-ser-pais-do-mundo-gay-diz-bolsonaro/>>. Acesso em 10 jun,2019.

BALESTRIN, Patrícia Abel. **Introdução aos estudos de gênero e sexualidade em articulação com o campo da educação**. In: SILVEIRA, Catharina; FRIEDERICHS, Marta; SOARES, Rosângela; SILVA, Rosimeri Aquino da (Org.). Educação em Gênero e Diversidade. Porto Alegre, Brasil: Tomo Editorial, 2017.

BARONE, Isabelle. **"Quem ensina sexo para a criança é “o papai e a mamãe” e não a escola, como diz Bolsonaro?"**, 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/quem-ensina-sexo-para-a-crianca-e-o-papai-e-a-a-mamae-diz-bolsonaro-o-que-dizem-especialistas/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 09 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Infantil Do Campo**: Proposta para a expansão da política. Brasília, 2014. Disponível em: <http://agendaprimeirainfancia.org.br/arquivos/gti_educacao_infantil_campo_09_04.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, **Crítérios pra um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças** / Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. 2ª ed. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil Volume 1**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil Volume 2**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** – PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: SECAD, 2014 a 2024. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quartos ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília : MEC/SEF, 1998.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

COELHO, Tatiana. **Maioria dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre em casa; notificações aumentaram 83%**, 2018. Disponível em:<<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/maioria-dos-casos-de-violencia-sexual-contras-criancas-e-adolescentes-ocorre-em-casa-notificacao-aumentou-83.ghtml>>. Acesso em: 09 mai. 2019.

FERREIRA, Paula; GRANDELLE, Renato. **Bolsonaro sugere que pais rasguem páginas sobre educação sexual de Caderneta de Saúde da Adolescente**, 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-sugere-que-pais-rasguem-paginas-sobre>>

educacao-sexual-de-caderneta-de-saude-da-adolescente-23506442>. Acesso em: 30 abr. 2019.

FURLANI, Jimena. Encarar o desafio da Educação Sexual na escola. In: **Sexualidade**; Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. - Curitiba: SEED –PR, 2009.

GARCIA, Maria Fernanda. **51% das crianças abusadas sexualmente no Brasil têm de 1 a 5 anos**. 2019. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/51-das-criancas-abusadas-sexualmente-no-brasil-tem-de-1-a-5-anos/>>. Acesso em 20 abr. 2019.

GARCIA, Maria Fernanda. **Brasil: 69,2% dos abusos sexuais contra crianças ocorrem na própria casa**. 2019. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-69-dos-abusos-sexuais-contras-criancas-ocorrem-na-propria-casa/>>. Acesso em 20 abr. 2019.

GEERGE. [s.d]. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/geerge/>>. Acesso em: 11 de junho de 2019)

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo/SP: Editora Atlas, 2002.

GOMES, Helton Simões. **Brasil tem 116 milhões de pessoas conectadas à internet, diz IBGE**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

IMBROISI, Margaret. **David, Michelangelo**. História das Artes, 2017. Disponível em: <<https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/david-michelangelo/>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

LIV, Meu nome é. **Brinquedos | meu nome é liv**. 2017. (06m32s) : Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qVxZe0BRP1Q>>Acesso em: 08 mai. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, história e educação: construção e desconstrução**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132, jul./dez. 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho - ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas. 2003.

MARTINS, Lucas Cardos. **A influência do documento “critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças” para a oferta da educação infantil**. Rio Grande, 2014.

MILMAN, Túlio. **Vereador de Porto Alegre quer restringir educação sexual nas escolas**, 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/tulio-milman/noticia/2019/03/vereador-de-porto-alegre-quer-restringir-educacao-sexual-nas-escolas-cjsyhlq0017201qk7ijzaw64.html>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS: **MDH divulga dados sobre feminicídio**. 2018. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/ligue-180-recebe-e-encaminha-denuncias-de-violencia-contras-as-mulheres/>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **O Plano Nacional de Educação** [s.d.] Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/#!>>. Acesso em: 10 maio 2019.

OTTO, Isabella. **Após aula de educação sexual, garota denuncia avô abusador aos professores**, 2019. Disponível em: <<https://capricho.abril.com.br/vida-real/apos-aula-de-educacao-sexual-garota-denuncia-avo-abusador-aos-professores/>>. Acesso em: 10 maio 2019.

QUEBRANDO O TABU: **Um Bate Papo Sobre Sexualidade da UFCSPA**, 2019. Porto Alegre. A Sexualidade da Mulher Moderna. Porto Alegre, 2019.

RODRIGUES, André. **Menina denuncia padrasto por estupro após palestra sobre violência sexual, no ES**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2018/11/27/menina-denuncia-padrasto-por-estupro-apos-palestra-sobre-violencia-sexual-no-es.ghtml>>. Acesso em: 09 mai. 2019.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. **A educação sexual na escola: Algumas possibilidades didático-metodológicas**. In: Sexualidade; Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba: SEED – PR, 2009.

SOBRINHO, Wanderley Preite. **Brasil registra uma morte por homofobia a cada 16 horas, aponta relatório**. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/20/brasil-matou-8-mil-lgbt-desde-1963-governo-dificulta-divulgacao-de-dados.htm/>>. Acesso em: 22 de abr. 2019.

VIGGIANNO, Giuliana. **Mil brasileiros têm o pênis amputado todos os anos por falta de higiene**, 2017. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2017/11/mil-brasileiros-tem-o-penis-amputado-todos-os-anos-por-falta-de-higiene.html>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

APÊNDICE A: Questionário destinado aos familiares:

- 1) Qual é a idade do/a seu/a filho/a?
 - a) 4 anos
 - b) Entre 5 e 6 anos
 - c) Entre 7 e 10 anos
 - d) Entre 11 e 15 anos
- 2) A escola que seu/a filho/a frequenta ou frequentou é/era pública ou privada?
- 3) O que você entende sobre Educação Sexual?
- 4) Você considera adequada ou inadequada à abordagem do tema na Educação Infantil? Por quê?
- 5) Qual idade você julga ser a mais adequada para que o tema da sexualidade seja abordado em sala de aula? Por quê?
- 6) A escola que seu/a filho/a frequenta/ou fez/faz a abordagem do tema? Você como responsável, concorda com a escola?
- 7) Marque de 1 a 3 para os seguintes temas, para se desenvolver na Educação Infantil (considere 1 para não apropriado 2 para pouco apropriado 3 para apropriado):
 - a) Brinquedos sem gênero.
 - b) Corpo feminino e corpo masculino;
 - c) “De onde eu vim?” – Noções de concepção;
 - d) Relações homoafetivas – Relações amorosas compostas por pessoas do mesmo sexo.
 - e) Higiene íntima – Cuidados de higiene com o corpo, como banho, orientações para se secar após urinar e para limpeza após defecar assim como proteção e limpeza correta das genitálias.
 - f) Papel da mulher nos dias de hoje – A mulher do século XXI é mais independente do que as mulheres de outros tempos, a maternidade não é mais o objetivo principal de todas elas que hoje enfrentam uma jornada de trabalho externo igual e até mesmo maior do que dos homens, também frequentam faculdades e possuem cargos de chefia em empresas.

- g) Padrões estéticos – Considerando o que é representado pela mídia como padrão de beleza, especificadamente feminino, tem-se um corpo magro, de pele branca, cabelos lisos e loiros e olhos claros.
- 8) Por Fim, o que você espera que seja trabalhado sobre o tema da sexualidade com as crianças nas escolas da Educação Infantil?

APÊNDICE B: Questionário destinado as profissionais da educação:

- 1) Com qual faixa etária você atua na Educação Infantil?
 - a) De 4 meses a 1 ano
 - b) De 1 ano a 2 anos
 - c) De 2 anos a 3 anos
 - d) De 3 anos a 4 anos
 - e) De 4 anos a 5 anos
 - f) De 5 anos a 6 anos
- 2) Qual a sua formação?
- 3) Há quantos anos você trabalha em Educação Infantil?
 - a) Entre 1 e 2 anos
 - b) Entre 2 e 5 anos
 - c) Entre 5 e 10 anos
 - d) Entre 10 e 20 anos
 - e) Mais de 20 anos
- 4) Em sua faculdade/curso, você estudou sobre Educação Sexual na Educação Infantil?
- 5) Você, como educadora, já se deparou com perguntas que não souber responder às crianças sobre o tema da sexualidade?
- 6) O que você entende por Educação Sexual?
- 7) A escola que você trabalha hoje é pública ou privada?
 - () Pública
 - () Privada
- 8) Para você, quais seriam as possíveis dificuldades do trabalho pedagógico em relação ao tema?
- 9) Marque de 1 a 3 para os seguintes temas, para se desenvolver na Educação Infantil (considere 1 para não apropriado 2 para pouco apropriado 3 para apropriado):
 - a) Brinquedos de menina e de menino;
 - b) Corpo feminino e corpo masculino;
 - c) “De onde eu vim?” – Noções de concepção;
 - d) Relações homoafetivas – Relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo.

- e) Higiene íntima – Cuidados de higiene com o corpo, como banho, orientações para se secar após urinar e para limpeza após defecar assim como proteção e limpeza correta das genitálias.
 - f) Papel da mulher nos dias de hoje – A mulher do século XXI é mais independente do que as mulheres de outros tempos, a maternidade não é mais o objetivo principal de todas elas que hoje enfrentam uma jornada de trabalho externo igual e até mesmo maior do que a dos homens, também frequentam faculdades e possuem cargos de chefia em empresas.
 - g) Padrões estéticos – Considerando o que é representado pela mídia como padrão de beleza, especificamente feminino, tem-se um corpo magro, de pele branca, cabelos lisos e loiros e olhos claros.
- 10) Por fim, você acha que o tema deveria ser abordado pelos/as professores/as na Educação Infantil? Por quê?
- 11) Se você respondeu afirmativamente a questão 10, de que modo você acha que o tema deveria ser abordado na Educação Infantil?